

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**TAINÁ AGOSTINHO CARDOSO**

**IMPrensa PARTIDÁRIA E O ESTADO NOVO: A PERMANÊNCIA DE  
CIRCULAÇÃO DO JORNAL INTEGRALISTA *FLAMMA VERDE* (1936-1938) NOS  
PRIMEIROS MESES DO REGIME**

**CRICIÚMA**

**2017**

**TAINÁ AGOSTINHO CARDOSO**

**IMPrensa PARTIDÁRIA E O ESTADO NOVO: A PERMANÊNCIA DE  
CIRCULAÇÃO DO JORNAL INTEGRALISTA *FLAMMA VERDE* (1936-1938) NOS  
PRIMEIROS MESES DO REGIME**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para  
obtenção do grau de licenciada no curso de História  
da Universidade do Extremo Sul Catarinense,  
UNESC.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Zanelatto

**CRICIÚMA**

**2017**

**TAINÁ AGOSTINHO CARDOSO**

**IMPrensa PARTIDÁRIA E O ESTADO NOVO: A PERMANÊNCIA DE  
CIRCULAÇÃO DO JORNAL INTEGRALISTA *FLAMMA VERDE* (1936-1938) NOS  
PRIMEIROS MESES DO REGIME**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de licenciada, no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Cultura Política, Trabalho e Relações de poder.

Criciúma, 27 de novembro de 2017

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. João Henrique Zanelatto - Doutor – (UNESC) - Orientador

Prof. Ismael Gonçalves Alves - Doutor - (UNESC)

Prof. Marcos Juvêncio de Moraes - Doutor - (IFC)

**Com carinho, a todos que amo.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço pelo exemplo, pela liberdade, pelo apoio e todos os sacrifícios que tem feito minha mãe, Vanilda, e meu pai, Joeci, para que eu tivesse oportunidade de chegar até este resultado. Ao mesmo modo, meus irmãos, Joice e Jonatan, pelos conselhos, amor e carinho que tem por mim.

Agradeço pela paciência das minhas afilhadas, diante das minhas ausências, quem tanto quero o melhor e as penso todos os dias, Maísa e Manuela.

Agradeço a ajuda e a influência dos demais familiares, que estiveram sempre por perto, e também ser as bases para a formação da minha essência, no qual cresci junto, seja pendurada nas cadeiras das máquinas de costuras, ou nas goiabeiras com todos os primas e primos, não caberiam neste texto os agradecimentos que tenho por cada um deles.

Por me mostrar mais do mundo, me alçar asas para o enfrentá-lo, e ao mesmo tempo ser abrigo, agradeço ao meu amor, Egar.

Agradeço a minha sogra Maira, e minha cunhada, Izabelli, por prestarem toda sua receptividade e seu carinho por mim.

Sou muito grata às amigas que construí nestes quatro anos de curso, por estarem sempre ao meu lado em tantos momentos de angústias e outros de muita felicidade, onde criamos a uma rede de apoio recíproco e a nossa própria história.

Tenho a agradecer também meus professores, por tudo que aprendi com eles dentro de sala de aula e nos diálogos, fora dela. Em especial ao Zanelatto, que acreditou em mim e seguiu me incentivando.

**“O poder revela o homem”.**

**Sófocles**

## RESUMO

A Ação Integralista Brasileira, partido político de inclinação conservadora, de alcance nacional, utilizou-se da imprensa como um dos principais instrumentos de divulgação e arregimentação às suas fileiras. Criada em 1932 e extinta em 1937 pelo então Estado Novo; no qual, fora instaurado em 10 de novembro de 1937, por meio de um golpe articulado por diferentes setores, inclusive por nomes representativos do Integralismo. Embora, haja vista esta cooperação, os integralistas não foram reconhecidos pelo regime, que do mesmo modo, extinguiu qualquer organização partidária que representasse algum perigo a este novo projeto de Nação. Desta forma, a pesquisa analisou o comportamento do jornal *Flamma Verde*, órgão vinculado à antiga AIB, que era editado em Florianópolis, e esteve em circulação em Santa Catarina desde setembro de 1936, até o período que se estende posteriormente as medidas restritivas estado novista, em fevereiro de 1938. Neste contexto, a Ação Integralista, devido a imposição do Estado Novo, se registra como Associação Brasileira de Cultura, do qual estaria incumbida de ações assistencialistas e de incentivo à cultura. Contudo, apontaremos nesta pesquisa, que entre rupturas e permanências nos discursos que foram editados para aquele período, houveram-se alguns desvios que nos indicam insatisfação e resistência por parte dos editores do Jornal ao então instaurado Regime autoritário. Este exercício foi realizado a partir do diálogo entre as fontes da Imprensa da cidade de Florianópolis, com o jornal em questão.

**Palavras-chave:** Ação Integralista Brasileira. Estado Novo. Associação Brasileira de Cultura. Imprensa. Repressão.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Parte superior da capa da edição do FLAMMA VERDE, Florianópolis, ano II, nº 56, 09 de outubro de 1937, quando lançam o <i>Plano Cohen</i> . .....	32
Figura 2 – Capa de quando é instaurado o Estado Novo. FLAMMA VERDE, Florianópolis, ano II, nº 61, 13 de novembro de 1937.....	36



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIB	Ação Integralista Brasileira
ABC	Associação Brasileira de Cultura
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNP	Departamento Nacional de Propaganda
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSB	Defesa Social Brasileira
SEP	Sociedade de Estudos Políticos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 O INTEGRALISMO NA IMPRENSA</b> .....	<b>15</b>
2.1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO INTEGRALISMO NO BRASIL.....	15
2.2 O INTEGRALISMO EM SANTA CATARINA E SUA RÁPIDA EXPANSÃO .....	19
2.3 A IMPRENSA COMO CANAL DE POPULARIZAÇÃO DO INTEGRALISMO EM ÂMBITO NACIONAL E EM SANTA CATARINA .....	23
2.4 O GOLPE DE ESTADO NOVO E A EXTINÇÃO DOS PARTIDOS.....	27
<b>3. ENTRE O SILENCIAMENTO E A RESISTÊNCIA: MUNDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA RETÓRICA DE <i>FLAMMA VERDE</i></b> .....	<b>30</b>
3.1 A MATERIALIDADE DO PERIÓDICO .....	30
3.2 A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E O <i>FLAMMA VERDE</i> , CONCEDENDO ESPAÇOS DE PODER À OUTREM.....	31
3.3 NO GOLPE DE ESTADO NOVO: A TRAJETÓRIA DE ANUNCIAÇÃO AO SILENCIAMENTO .....	35
3.4 <i>FLAMMA VERDE</i> : DE JORNAL DE ATUAÇÃO POLÍTICA À ORGÃO DE ASSISTÊNCIA E CULTURA .....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>50</b>
<b>FONTES CONSULTADOS</b> .....	<b>51</b>
ARTIGOS DE JORNAIS .....	51
<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>55</b>
<b>ANEXO A</b> .....	<b>57</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em primeira instância, gostaria de elencar meu percurso acadêmico relacionado ao campo de pesquisa deste Trabalho de conclusão de curso, para isto, utilizarei de uma linguagem mais informal, que, no entanto, será retomada a discussão a partir da normativa de primeira pessoa do plural nas apresentações a seguir.

Este trabalho é resultado final de aproximações com a pesquisa desde o primeiro ano que ingressei no Curso de História, em 2014, em que se desempenhou em duas circunstâncias específicas dentro da minha formação. A primeira delas foi à oportunidade de entrar em contato com o Jornal *Flamma Verde*, por meio do convite a participar de um projeto de pesquisa pelo Programa Institucional de bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, com orientação do Professor Dr. João Henrique Zanelatto, tratando o tema: *Imprensa, Política e Trabalho: o jornal integralista Flamma Verde e o discurso voltado para os trabalhadores*, onde analisamos o uso do discurso sindical corporativista pelo jornal integralista, a fim de arregimentar novos filiados por parte da classe trabalhadora no estado de Santa Catarina às fileiras do partido.

Esta inserção no mundo da pesquisa incidiu positivamente na minha formação acadêmica, e é neste ponto que se encontra a segunda circunstância. A partir disso, durante a graduação inclinei as produções da graduação no campo de pesquisa sobre o Mundo do Trabalho e História Política, passando a produzir artigos para diferentes disciplinas e também planos de aula para os Estágios com temas relacionados à modernidade, a classe trabalhadora, e a Era Vargas em sua totalidade, principalmente num enfoque da História Regional.

E foi nesta confluência entre o tema da pesquisa e as produções para a graduação que adentrei a um novo problema no mesmo objeto trabalhado no PIBIC.

Esta problemática, parte do pressuposto da implantação do Estado Novo em 1937, que extinguiu os partidos políticos, e conseqüentemente, o discurso integralista deveria cessar nas páginas do Jornal *Flamma Verde*. Por isso, há uma inquietação na prerrogativa da permanência em circulação do Jornal (1936-1938) de caráter partidário, neste caso, vinculado a Ação Integralista Brasileira, durante os primeiros meses do Estado Novo - iniciado em novembro de 1937- tendo em vista as ações de centralização do poder executivo exercido por Getúlio Vargas naquele contexto.

Já de antemão, é possível identificar uma reação significativa do Integralismo à extinção dos partidos políticos. Tal atitude foi à alteração da denominação de Ação Integralista Brasileira para Associação Brasileira de Cultura, no qual poderiam ainda os ex-

Integralistas se organizarem sob a fachada de políticas assistencialistas e culturais. Portanto, busca-se analisar as particularidades de resistência deste semanário, observando os movimentos de rupturas e permanências discursivas nas edições do mesmo, para identificar o que as publicações adaptaram para que fosse possível sua permanência no cenário estadual de circularidade.

A realização da pesquisa da forma que ela propõe, em relação à participação política na imprensa, é justamente fruto da História Política Renovada que amplia o campo de objetos e métodos de pesquisa histórica do político. O debate sobre o conceito é elaborado por René Rémond, em que delineia a trajetória do campo, evidenciando as etapas que este se desenvolveu. A História Política tradicional passou por uma crescente depreciação pela Escola dos Annales, pelo estruturalismo e o marxismo, no início do século XX. Sendo descreditada em detrimento do econômico e social que emergiram como novas áreas de análise. O campo tradicional do político era considerado:

Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência. Se se imaginar ponto a ponto o contrário desse retrato cruel, ter-se-á o essencial do programa que a história regenerada se atribuía [...] Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para dos povos e das sociedades. (Rémond, 2003, p. 18)

No entanto, em 1970<sup>1</sup>, ela passa por um processo de renovação, para atender novas demandas que se abriam na abordagem política. Aqueles criados pelos novos movimentos filosóficos e historiográficos, não alçavam sobre os novos focos. Segundo Rémond, são momentos como a experiência das Guerras, que não poderiam ser explicados apenas pela perspectiva econômica; as crises liberais, locais onde a demanda do Estado cresceu, pois houve necessidade de intervenção nas relações político-econômicas; as exigências da sociedade, que passaram a incidir com maior efetividade nas decisões políticas. A criação das políticas públicas, que ampliaram o campo de atribuições políticas do Estado, desta forma abriram margem para os domínios de ação da História Política<sup>2</sup>

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram uns após os outros, para os domínios da História Política. (RÉMOND, 2003, p. 24)

<sup>1</sup> Considerando que a abordagem brasileira está comumente atrelada a historiografia francesa, do qual nos referimos no aspecto da Renovação da História Política.

<sup>2</sup> Análise elaborada por Rémond (2003) nas páginas 23 – 25.

Outros fatores foram decisivos para a renovação da História Política, que o autor chama de “pluridisciplinariedade”, no tocante do contato com outras ciências sociais, emprestando-se de tais metodologias distintas e renovadoras para o campo. Portanto a História Política passou a inteirar-se de novos objetos de estudos, e quando retornavam às fontes oficiais, tratavam-na com novas metodologias.

Em relação à imprensa, relacionando-a neste movimento de abertura para novos objetos para a pesquisa política, se faz necessária a articulação de uma análise de distanciamento, pois ela é um instrumento da contemporaneidade que carrega os anseios e interesses de determinados setores da sociedade, neste ínterim, encontra-se uma das justificativas do trato com a imprensa como objeto nesta pesquisa, pois ela carrega os significados atribuídos dos autores sobre a época em que se produzia. E justamente, neste ponto se encontra uma recomendação dos autores que tratam a imprensa, que institui sobre a não neutralidade dela, pois o material produzido implica interesses, se tornando um instrumento que pode manipular as massas. Além disso, ela age

[...] como força social que atua na produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 259)

Mediante a isto, a pesquisa terá como referencial para o tratamento com a imprensa, o artigo “Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa”, de Heloisa de Faria Cruz, e Maria do Rosário Peixoto, em que se propõe um roteiro para a pesquisa com a Imprensa como Objeto, destacando as questões brevemente levantadas acima, assim como, a análise sobre os produtores do jornal, o contexto de produção, a materialidade do jornal, a sequência elaborada pelos redatores das publicações, as estratégias de leituras, entre outros fatores que deverão compor a análise do Jornal *Flamma Verde*.

As edições do Jornal estão salvaguardadas em dois formatos pela Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, parte do material está em formato digital na Hemeroteca do site da biblioteca, a outra, no Arquivo instalado em sua estrutura física, na capital do Estado. Em vista do deslocamento entre a cidade de Criciúma e Florianópolis, optamos por catalogar as edições que iriam compor a pesquisa, em uma metodologia em que eram feitas fotografias das páginas referenciando-as, de maneira em que as páginas do jornal não se perdessem da edição a qual pertenciam (Visualizar apêndice A); outro local de pesquisa foi a Hemeroteca digital do Arquivo Nacional, para identificar as notícias relacionadas ao Integralismo no Estado de

Santa Catarina no recorte temporal estabelecido na pesquisa, na imprensa que circulava no mesmo local da editoração do jornal *Flamma Verde*, assim foram encontrados os jornais *O Estado* e *A Gazeta*.

O primeiro capítulo da pesquisa vai tratar das questões que introduzem o objeto da pesquisa em seu contexto histórico. Partindo da análise da constituição do Integralismo no âmbito nacional, evidenciando os locais de origem da ideologia da Ação Integralista Brasileira. O segundo ponto de observação se dará pela abordagem da criação do Integralismo em Santa Catarina e sua rápida expansão no estado. Em seguida será levantada a questão da Imprensa Integralista, evidenciando-a como um dos maiores canais de difusão da AIB. Por último se fará a discussão sobre instauração do Golpe de Getúlio Vargas em 1937 que extinguirá o pluripartidarismo e conseqüentemente a Ação Integralista Brasileira.

É necessário se fazer toda esta análise para então adentrarmos no segundo capítulo que será estruturado a partir da criação e materialidade do jornal *Flamma Verde*, em seguida demonstrar o movimento de apoio na fundação do Estado Novo, posteriormente entrar na situação de silenciamento do periódico durante o primeiro mês do novo regime, em vistas da reestruturação discursiva para a permanência de sua circularidade. E por fim demonstrar as frentes ideológicas da nova fase, problematizando os discursos em meio às medidas governamentais e levantando algumas considerações que foi possível perceber nesta dinâmica entre o discurso e a censura. Em que serão identificados processos de repressão ao periódico e aos dirigentes, apontando processo de resistência, que serão divulgados na imprensa da cidade que não o Jornal em si, portanto, apontaremos para uma diferença de posição entre o que era publicado pelo jornal e o que estava acontecendo simultaneamente.

## 2 O INTEGRALISMO NA IMPRENSA

### 2.1 O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO INTEGRALISMO NO BRASIL

A Ação Integralista Brasileira foi um movimento político de caráter autoritário de extrema direita, que esteve vigente no Brasil durante a década de 1930, tendo sido lançada em 1932, por meio do "Manifesto de Outubro", elaborado pelo Chefe nacional, Plínio Salgado e extinta cinco anos mais tarde, em 1937, pela então implantação do regime autoritário Estado Novo. Sendo que, não obstante, sua breve existência caracterizou-se como uma forte ideologia que circulava no País, da qual conseguiu arregimentar vasto número de adeptos, influenciando o contexto nacional de disputa pelo poder.

Para isso, no entanto, se faz necessária à discussão da trajetória e do processo de construção das bases ideológicas integralistas, tais incidem num contexto anterior ao mencionado. Tendo outras organizações como locais de discussão política, criação de discurso, e também em relação a uma formação política específica do principal pensador do movimento, que culminarão na fundação da Ação Integralista Brasileira.

Assim, no que concerne a trajetória de Plínio Salgado, foi um jornalista que adentrou a vida política já em 1918, quando foi um dos fundadores do Partido Municipalista em São Paulo. Segundo Marcos Freitas "o partido defendia a ideia de que o município era à base da nação e que a pátria deveria reorganizar-se a partir do fortalecimento dos municípios" (1998, p. 34). Consequentemente, neste contexto os municípios eram controlados pela elite oligárquica das regiões. No ano seguinte, adentrou ao Partido Republicano Paulista, consensualmente chamado de 'o partido das oligarquias', que defendia os privilégios e a autoridade destes agentes. Estas participações foram elencadas, para se tratar do que o autor afirma "a ambiguidade era sua marca maior", já que em vários momentos foi um dissidente do movimento ao qual estava inserido. Por exemplo, o localismo é um aspecto defendido pelo liberalismo, e contraditoriamente, quando cria o movimento integralista, terá como base o discurso combativo ao sistema liberal. Outrossim, neste contexto a ambiguidade estava no apoio às oligarquias enquanto ao mesmo tempo a utilizou como argumento para reivindicação de uma nova organização política no País.

Outra circunstância que pode ser tratada da mesma forma foi seu envolvimento na Semana de Arte Moderna em 1922, no qual se ramificou em duas correntes, entre a esquerda e a direita, em que muitos destes artistas, mais tarde iriam compor os quadros do Integralismo, para Freitas, estes que enveredaram para a direita, "discordavam do desprezo pelo passado e

consideravam que havia descaso para com a cultura indígena e sertaneja” (FREITAS, 1998, p. 29), entre o movimento da semana, pois acreditavam que estes estavam encaçados pelas ideias revolucionárias da Europa, podemos notar que o discurso pelo passado e pela cultura indígena foram premissas levantadas pelo integralismo a fim da construção da identidade Nacional.

Durante o movimento de 1930, Salgado oscilou de posicionamento, até apoiou o golpe, no entanto não foi visibilizado pelo governo, o que alimentou os discursos contrarrevolucionários do movimento. Em 1937, quando do Golpe do Estado Novo algo semelhante ocorreu, todavia será abordado na última seção deste capítulo.

Em 1931 ele criou o Jornal *A Razão*, no qual passou a ser veículo da insatisfação diante do sistema político corrente. Foi a partir deste momento, apoiado na influência dos fascismos que visualizou na Europa, pois tal, havia visitado um ano antes, em que iniciou a idealização de uma "revolução dentro da revolução", no lugar em que edificava mitos sobre os males da humanidade, tais seriam o capitalismo liberal e o comunismo. Diante deste momento, reconhece-se o papel da imprensa nesta ocasião como “pré-integralismo”.

Continuando a discussão acerca dos espaços que se ocuparam da criação ideológica do partido, além do jornal citado. Houve outro, a Sociedade de Estudos Políticos, a SEP, fundada também por Salgado em março de 1932. Esta organização é de suma importância para o integralismo, pois ela cria as bases dos valores empregados pela AIB. Segundo Hélgio Trindade "O jornal é o instrumento de difusão de suas ideias e a S. E. P, o centro de reflexões ideológicas de onde vai nascer o manifesto integralista em 1932 e a Ação Integralista Brasileira" (1974, p. 124). Este grupo foi formado por intelectuais e muitos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, durante a assembleia de fundação foram apresentados os princípios fundamentais da Sociedade no qual se faz pertinente o levantamento destas diretrizes, pelo fato de estarem de acordo com as ações da futura AIB, que seria lançada no fim do mesmo ano, por ordem do mesmo grupo. São apresentados por Salgado os argumentos:

**a** – somos pela unidade da Nação; **b** – Somos pela expressão de todas as suas forças produtoras no Estado; **c** – Somos pela implantação do princípio de autoridade, desde que ele traduza forças reais e diretas dos agentes da produção material, intelectual e da expressão moral do nosso povo; **d** – Somos pela consulta das tradições históricas e das circunstâncias geográficas, climatéricas e econômicas que distinguem nosso país; **e** – somos por um programa de coordenação de todas as classes produtoras; **f** – Somos por um ideal de justiça humana, que realize o máximo de aproveitamento dos meios de produção, em benefício de todos, sem atentar contra o princípio de propriedade, ameaçado tanto pelo socialismo, como pelo democratismo, nas expansões que aquele



dá à coletividade e este ao indivíduo; **g** – Somos contrários a toda tirania exercida pelo Estado contra o indivíduo e as suas projeções morais; somos contra a tirania dos indivíduos contra a ação do Estado e os superiores interesses da Nação; **h** – Somos contrários a todas as doutrinas que pretendem criar privilégios de raças, de classe, de indivíduos, grupos financeiros ou partidários, mantenedores de oligarquias econômicas ou políticas; **i** – Somos pela afirmação do pensamento político brasileiro baseado nas realidades da terra, nas circunstâncias do mundo contemporâneo, nas superiores finalidades do homem no aproveitamento das conquistas científicas e técnicas no nosso século. (TRINDADE, 1974, p. 125-26)

É possível identificar as bases doutrinárias que fundamentariam o Manifesto de Outubro e a posição política do Integralismo. A partir de uma leitura geral, notamos que alguns pontos são complementares ao outro, já que fazem parte de uma cadeia de relações. As aspirações elencadas expressam ideologias como o sentimento nacionalista a partir de interpretações consensuais e legitimidade a partir de um passado comum de território e de indivíduos, esta análise foi realizada a partir da interação dos pontos A e D do documento; outra observação possível se assenta no argumento Autoritário, que seria realizado por meio da centralização administrativa e a inferência direta do Estado, desaprovando ações liberais, sendo esta reflexão realizada a partir dos tópicos B e C; por último, em ponderação aos itens E, F, G e H nota-se o prelúdio de criação de ações corporativista, onde argumenta contra ações capitalistas de interesses individuais, ou comunistas que prezam pela apropriação operária dos meios de produção através da luta de classe, em busca de uma suposta justiça social, baseada na cooperação entre as classes evitando subversões.

Façamos então, uma comparação entre estas diretrizes e princípios da Sociedade de Estudos Políticos, iniciada em março de 1932 ao Manifesto de Outubro, que seria lançado e oficializado no sétimo dia daquele mês e ano, sendo que este se tornaria o organismo de apresentação da Ação Integralista Brasileira à sociedade brasileira:

A questão social deve ser resolvida pela cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar. O direito de propriedade é fundamental para nós, considerando seu caráter natural e pessoal. O capitalismo atenta hoje contra esse direito, baseado como se acha no individualismo desenfreado [...] temos de adotar novos processos reguladores da produção e do comércio, de modo que o governo possa evitar os desequilíbrios nocivos à estabilidade social. O comunismo não é uma solução porque se baseia nos mesmos princípios fundamentais do capitalismo, com o agravante de reduzir todos os padrões a um só e escravizar o operariado a uma minoria de funcionários cruéis, recrutados todos na burguesia [...]. Acabamos os partidos, os regionalismos, organizada a Nação, participando os trabalhadores dos governos, pelos seus representantes legítimos, exercida a fiscalização pelo Estado Integralista sobre todas as atividades produtoras, estarão abertas todas as portas a todas as aptidões [...]. O estado Integralista – pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos; estadualismos em luta pela hegemonia; luta de classes [...] pretendemos fazer funcionar os poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), segundo os impositivos da Nação Organizada, com base nas suas classes produtivas, no Município e na Família. Pretendemos criar a

suprema autoridade da Nação [...]. Criar, numa única expressão, o Estado Financeiro, o Estado Representativo e o Estado Cultural [...]. Esses são os rumos da nossa marcha! (MANIFESTO de Outubro da Ação Integralista Brasileira Apud FREITAS, 1998, P. 40)

Deste modo, podemos confirmar a aproximação entre as duas ações. No tocante que o Manifesto de Outubro discute pontos já analisados e discutidos pelo grupo de estudantes, e que serão os pilares de sustentação ideológicas do integralismo durante toda sua existência. São eles: o antiliberalismo, que está imbricado em duas circunstâncias, primeiro, que o sistema liberal teria abrindo brechas para a instalação de um capitalismo internacional e em decorrência deste, como um sistema natural, a instalação de uma agitação socialista, e por último que o caminho para o Estado Integral estava no poder central de um chefe, que influi em todas as relações sociais, políticas, econômicas e culturais do país, alternativa que não corresponde em um sistema liberal. Outra base do discurso é o anticomunismo, pois tal estaria engendrando posições subversivas nos trabalhadores do Brasil, e esses precisariam ser controlados, por meio de estratégia do corporativismo. O corporativismo foi uma tentativa de se construir um Estado orgânico forte e homogêneo, onde todos trabalham para o funcionamento deste corpo, principalmente elaborado para a massa trabalhadora influenciada pelo comunismo, orientar-se numa atitude pacífica e ordeira em relação aos patrões, no sentido da não luta de classes.

Neste manifesto também podemos observar novos pontos que sustentarão as bases doutrinárias da AIB, que é o lema do partido: ‘Deus, Pátria, Família’. Esta normativa está relacionada à questão moral do movimento, com bases conservadoras e religiosas, estava ligada à organicidade da Nação, em que a família é a primeira instância organizativa, respeitando os espaços que era destinado a cada indivíduo dentro da casa, servindo todas a um bem comum. Há ainda a menção ao Estado Cultural, pois ao se idealizar uma normativa de Nação e conseqüentemente, de sujeito brasileiro há que se haver um consenso em relação à construção cultural e de acesso a mesma.

Portanto, dentro desta lógica, observamos que a ideologia se ancora nas doutrinas fascistas, já mencionadas a partir da visita de Plínio à Europa, quando se utilizam de práticas autoritárias, nacionalizante e corporativa. Outro aspecto relevante a se comentar é em função da sua organização que vai extrapolar os limites ideológicos partidários, no tocante que as pessoas que participavam do movimento e eram filiados ao partido, se disciplinaram como um micro governo, pois absorviam comportamentos integralista de alistamento e militarização,

usando de ritualística e forte burocratização de cargos dentro da Ação. Neste aspecto podemos aproximar a discussão de cultura política em Berstein, quando a conceitua como:

[...] compreender as motivações das ações dos homens num momento de sua história, por referência ao sistema de valores, normas e crenças que partilham, em função de uma leitura do passado, suas aspirações para o futuro, suas representações da sociedade, do lugar que ocupam e da imagem que tenham da felicidade. Todos esses são elementos que dependem do ser profundo, variam em função da sociedade em que estejam elaborados e permitem compreender melhor as razões das ações políticas, que, assim aparecem diversas, e não somente como epifenômenos. (BERSTEIN, 1999, p. 405 Apud CARDOSO, 2012, p. 51)

Os integralistas por meio da ideologia do partido partilhavam de uma possível cultura política, já que para se construir um ideal de nação se utilizaram da história. Já o Estado Integral era a projeção futura para esta população. Compartilhavam a espiritualidade, e acreditavam nos mitos dos males da humanidade, veneravam um Chefe considerado Supremo.

## 2.2 O INTEGRALISMO EM SANTA CATARINA E SUA RÁPIDA EXPANSÃO

Pretendo nesta seção traçar brevemente o percurso de instalação do partido Integralista no Estado de Santa Catarina, com base nas pesquisas elaboradas por três principais autores que tratam do tema: René Gertz, tendo lançado *O fascismo no sul do Brasil* em 1987, Luiz Felipe Falcão com o capítulo *O separatismo como traição ou integralismo, nazismo e nacionalização* que faz parte da obra *Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX* de 1998, e João Henrique Zanelatto na obra *De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na Era Vargas, de 2012*. Estes três autores foram fundamentais para a pesquisa sobre o Integralismo no Estado e já foram muitas vezes referenciados em trabalhos nos últimos anos sobre objetos que orbitam o tema.

O Integralismo em Santa Catarina começou a se organizar em 1934, mas apesar de chegar relativamente tarde ao Estado, conquistou espaços de poder em muitos municípios, e grande número de adeptos ao partido de forma acelerada. Tendo se tornado o terceiro maior polo de concentração de filiados do âmbito nacional. Como indica Gertz, "Apesar de se tratar de um estado relativamente pequeno, no qual viviam apenas 1 milhão dos 40 milhões de habitantes do Brasil, havia nele, segundo estatísticas integralistas, o terceiro maior contingente de filiados à AIB [...]"(GERTZ 1987, p. 172)

Segundo o mesmo autor "O integralismo começou a estruturar-se em Santa Catarina no início de abril de 1934, quando por iniciativa de Othon Gama D'êça, Antônio Portini e

Carlos Seabra se constituiu o primeiro núcleo em Florianópolis. ” (GERTZ, 1987, p. 179) Outra discussão aponta para datação e espaço distinta da apresentada por Gertz; Luiz Felipe Falcão em sua pesquisa diz que o integralismo começou se organizar no estado a partir de janeiro de 1934, na região do Vale do Itajaí com a formação de um núcleo municipalista da Ação Integralista Brasileira por impulso de um pequeno grupo de homens. Ainda há uma última versão da fundação da AIB no estado, que é elencada por um trabalho mais recente, de Gustavo Tiego Pontes, no qual aponta:

Outra perspectiva sobre o início da AIB encontra-se no livro “Os comunas” – tal livro é resultado de conversas com membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sobretudo com o veterano comunista Manoel Alves Ribeiro, o “Mimo”. É dito que a AIB foi fundada em Santa Catarina em março de 1934, com o chefe do Estado-maior da milícia da AIB (Capitão Olímpio Mourão) e com a presença de um “triumvirato dirigente”: Othon Gama d’Eça, Antônio Bottini e Carlos Sada. (MARTINS, 1995, p. 110 Apud PONTES, 2013, p. 40)

Os dois primeiros autores, Gertz e Falcão, afirmam a rápida expansão do Integralismo em áreas de colonização alemã e italiana no Vale do Itajaí e Norte do Estado, o que na época fez surgir muitos debates e implicações por parte dos opositores de uma suposta aproximação do partido aos regimes autoritários, fascista na Itália e nazista na Alemanha, em função da forte adesão dos imigrantes e descendentes à AIB. Acreditavam que estes agentes encontravam um espaço para exercer uma ideologia semelhante aos tipos de governo de seu país de origem.

No entanto, antes de adentrar nesta discussão é necessário afirmar que este movimento não ocupou apenas estes espaços em Santa Catarina. Zanelatto explora outra região que até então não era visibilizada pelos estudos do Integralismo no Estado, e ainda categoriza outro agente que participava das fileiras da Ação:

Quanto ao sul catarinense, observa-se que a difusão do integralismo ocorreu não só entre imigrantes e descendentes de italianos e alemães, mas também entre os luso-brasileiros aqui estabelecidos muito antes da chegada dos imigrantes europeus. (ZANELATTO, 2012, p. 38)

Dentre os fatores levantados para a inserção destes grupos no modelo integralista é de fato as ideologias do partido, pois em detrimento da situação política a qual estava inserido o país naquele momento, em relação à implementação de uma nova forma de governo que supostamente traria reformas, mas que, no entanto deixava um ar de suspensão nas relações políticas, pelo fato dos primeiros anos da década estarem sob a ótica provisória de governo, os

grupos de alguma forma ou de outra estavam insatisfeitos com a situação e o Integralismo era uma alternativa que demonstrava segurança principalmente aos quadros de aspirações mais conservadoras da sociedade. Esta afirmação é encontrada em Falcão: "[...] fatores como desalento ante os rumos do movimento de 1930 e o impacto dos episódios que transcorriam na Europa, aliados ao receio ante o comunismo, parecem decisivos para compreender o interesse despertado pela AIB em Santa Catarina. ” (FALCÃO, 1998, p. 127). O integralismo surgia como uma nova alternativa política frente às organizações partidárias que concorriam no país, sendo elas as liberais, republicanas ou até mesmo as comunistas.

Principalmente no sul do Brasil, em razão da colonização de imigrantes europeus, do final do século XIX e início do XX, e da rápida expansão do Integralismo no estado de Santa Catarina, criou-se uma disputa política e uma adaptação particular à Ação Integralista Brasileira. Ao primeiro ponto, se destaca as ações de repressão, mesmo antes da II Guerra Mundial, de perseguição às várias formas de demonstração da cultura Italiana e Alemã, entre os descendentes destas etnias. Na busca de um crescente sentimento nacional a partir da homogeneização da língua e dos símbolos brasileiros. Em justificativa ao perigo dos fascismos, os quais prejudicavam a unidade nacional. Gertz aponta:

Não houvesse no Brasil tantos teutos que aderiram ao integralismo e as relações entre os dois fascismos provavelmente teriam ocorrido com pouca intensidade, mas sem incidentes. Esta afirmação significa, concretamente, que o que acontecia no sul do Brasil deve ser explicado a partir da realidade local, a partir da dinâmica regional e não através de desígnios transatlânticos. (GERTZ, 1987, p. 132)

Ao segundo ponto, em que se relaciona a adaptação do Integralismo no estado, em razão desta especificidade da imigração, destacamos as ações de adequação discursiva, levando em contradição ao discurso oficial de nativismo – onde o verdadeiro brasileiro estava na mescla das raças, no chamado caboclo – à simpatia ao germanismo com intuito de contemplar estes agentes no desejado nacionalismo integral:

Quando a AIB notou que estava tendo boa aceitação nas “colônias alemãs”, fez esforço para parecer “germanófila”. O “chefe nacional” Plínio Salgado lembrou-se repentinamente que seu bisavô viera em 1816, aos 24 anos, da Alemanha para o Brasil, como médico, casando aqui com uma cabocla e “deixando uma geração de caboclos como eu”. (Blumenauer Zeitung, 6/ 10/ 1934. Apud GERTZ,184)

Esta premissa ajuda entender as diferenças entre o Integralismo e o Nacional-socialismo alemão, no tocante que seria inaceitável para o nazismo, a fusão da raça “superior” aariana àquelas de origem do país, principalmente a indígena e a negra. Salientando ainda “no sentido de implantar um sentimento de brasilidade capaz de superar os preconceitos de caráter

étnico que geravam toda sorte de suspeitas e conflitos entre os habitantes do país”. (FALCÃO, 1998, p. 142). Para os descendentes e imigrantes esta “simbiose de diferentes influências não implicava obrigatoriamente numa mescla cultural ou racial”. (p. 154). Por isso, encaravam o Integralismo como possível espaço de ação política e visibilidade destes povos.

O Brasil como pátria não parecia como contraditório diante do empenho em conservar a língua e os costumes dos ancestrais, sobretudo porque se julgava ser ele um país de cultura ainda indefinida e se concordava com o aprendizado do português, bem como da história e da geografia brasileiras, uma vez ponderado ser isso indispensável para o exercício de uma cidadania plena. A grande ressalva é que este ensino não deveria ser fruto de imposições violentas [...] (FALCÃO, 1998, p.153)

Para finalizar a discussão acerca da instauração ideológica integralista em Santa Catarina, ampliaremos a discussão sobre os agentes que ingressaram no partido, pensando agora no perfil econômico dos mesmos. São duas perspectivas que detectam este componente, a primeira em Gertz, “O integralista típico de Santa Catarina é um jovem em ascensão social” (1998, p. 197). Ainda, “O cerne do integralismo era constituído de elementos das classes médias e operários, enquanto a liderança dos seus opositores era exercida pelos elementos economicamente dominantes. ” (1998, p.198)

Falcão traça o perfil dos integralistas destacando três grupos: um que seria formado por funcionários públicos militares ou civis e profissionais liberais, que eram de famílias conhecidas e financeiramente estáveis, de meia idade até as mais avançadas, que estavam desiludidos com a "reforma" política da década, sendo este grupo que ocupou cargos importantes na estrutura estadual da AIB. Outro círculo era formado por pequenos proprietários e funcionários públicos em posição menos favorecida, descendentes de imigrantes, sem projeções, na faixa de 20 e 30 anos, motivados ao movimento político graças às incertezas do contexto nacional. E por fim o formado por pequenos proprietários urbanos e rurais descendentes de imigrantes italianos, alemães, poloneses que moravam no Vale do Itajaí, nordeste e sul do estado que mantinham relações sócio comerciais por meio do exercício da ferrovia<sup>3</sup>.

Em síntese, o que temos neste panorama, é a clara relação de uma parcela da população que não se sentia contemplada com as antigas estruturas econômicas e políticas do país, em decorrência das oligarquias liberais ou se quer a nova tentativa de estrutura política patrocinada por Vargas. São agentes jovens, em processo de desenvolvimento, que

---

<sup>3</sup> Discussão realizada por Luis Felipe Falcão, 1998, entre as páginas 125 e 130.

depositaram sua esperança e militância em algo novo, que organizava a massa e dava-lhes segurança em uma unidade.

### 2.3 A IMPRENSA COMO CANAL DE POPULARIZAÇÃO DO INTEGRALISMO EM ÂMBITO NACIONAL E EM SANTA CATARINA

A imprensa, apesar dos problemas de analfabetismo<sup>4</sup> de algumas regiões do país, tornou-se um dos maiores instrumentos de divulgação doutrinária da Ação Integralista Brasileira, podendo em função desta circunstância, não ser a razão principal da arregimentação dos integralistas nestas áreas. Mas haviam práticas sociais de leitura dos periódicos em espaços de socialização, sendo feitas de maneira oral por alguém para alguns ouvintes; também havia o estímulo da circularidade destes jornais entre a comunidade, como fica evidente em várias páginas do Jornal pesquisado, “Quando acabar de ler este jornal, não o ponha fora, dê ao seu vizinho, o seu amigo para que eles também o leiam”; (FLAMMA VERDE, 1937, em várias edições) outras ferramentas de divulgação também foram utilizadas pela AIB, como discursos e comícios em praças públicas, desfiles e panfletagem. Assim, tiveram outras formas de chamamento para a população que não tinha acesso a linguagem dos jornais.

Porém, é por meio desta força de veiculação ideológica que o partido irá se constituir como movimento de massas, e também, local onde se dará o maior investimento das ações afirmativas de se construir um discurso de unidade, a partir da publicitação das vozes diretivas do partido explicando os temas pertinentes à ideologia integralista, e de instalação de muitos jornais em várias regiões do país.

No período de existência legal da Ação Integralista foram editados cento e trinta e oito jornais oficialmente ligados ao movimento, sendo dois de circulação nacional, trinta de circulação regional e cento e seis de circulação local ou nuclear. Também se percebe que os Estados do Sul e Sudeste, acrescidos da Bahia concentram grande quantidade de publicações [...] (OLIVEIRA, 2009, p.138)

Como podemos perceber nesta passagem, houve significativo número de jornais circulando em todo o território brasileiro. As orientações seguiam também uma ordem

---

<sup>4</sup> No caso do sul catarinense, Zanelatto aponta que “pode-se inferir que a difusão do integralismo entre os imigrantes e seus descendentes não teve a imprensa como o seu mais eficaz instrumento” em razão do auto número de analfabetos desta população extremamente ruralizada e com poucos recursos, das quais impossibilitariam a assinatura mensal de jornais. Nesta região é configurada por disputas na imprensa entre os luso-brasileiros, dos quais redigiam os jornais para o mesmo grupo étnico que pertenciam. (2012, P. 286)

burocratizada, como funcionava na própria AIB. Havia dois jornais editados de caráter nacional, que circulavam em todos os estados brasileiros onde havia presença de núcleos Integralistas. Assim como os jornais Regionais, que eram editados na capital de cada estado e que também chegavam até os núcleos municipais. Estes núcleos municipais, por conseguinte, editavam jornais que circulavam na localidade. Esta lógica não significa que os filiados que não pertenciam às elites dirigentes, ou editoriais, que estavam inseridos no contexto municipal, não tivessem acesso à imprensa global ou estadual.

Os discursos de um jornal e outro podiam modificar-se, dependendo das regiões e públicos que atendia, no entanto, houve sempre a normativa de publicar as bases ideológicas do partido, em qualquer que fossem as jurisdições do jornal: “a abordagem de temas como a preocupação com os fatores espirituais, a crítica à liberal-democracia, o combate ao comunismo, à denúncia do cosmopolitismo e a ênfase no nacionalismo” (FALCÃO, 1998, p. 137). Ainda mais que todos estes órgãos deveriam receber as edições publicadas pela imprensa integralista de âmbito Nacional, assim se aparelhavam as informações que chegavam às gráficas e nos núcleos, pois os jornais regionais deveriam informar sobre os princípios integralistas, utilizando principalmente os discursos ou artigos articulados pelo Chefe Nacional ou seus dirigentes. Foi por meio deste exercício que os jornais formaram uma corrente coerente de unidade discursiva que chegavam nas mãos dos militantes.

Como já foi abordado na primeira seção deste capítulo, o Integralismo estruturou-se a partir de um Jornal, chamado *A razão*, este em particular, é caracterizado por Oliveira como fase “Pré-Integralista”. Nele é que começou a se articular o movimento, mas de maneira geral era um veículo de informação diversa e que não fazia embates direto com o governo, com exceção dos últimos números, em que se percebe um afloramento da Ação Integralista Brasileira, pois já estava em vias de lançar o “Manifesto”. Segundo Oliveira (2009, p. 143) “era um jornal organizado para atrair o maior número de pessoas possível e, a partir disto, apresentar um novo ponto de vista ou até mesmo uma nova perspectiva política [...]”. Dentro de sua materialidade, “busca mostrar as incongruências do liberalismo e os malefícios do comunismo. Também coloca diante do leitor o fascismo como opção política viável.” (OLIVEIRA, 2009, p. 143). Observa-se neste ponto, as estratégias que o jornal utiliza para encantar os insatisfeitos para o movimento futuro no qual, resolveriam todas as contradições nacionais, que seria a Ação Integralista Brasileira.

A partir da consolidação da AIB como movimento, em 1932, apresentara-se um aspecto recorrente, a inserção de um jornal para cada Secretaria Provincial que se formava, em menos de 40 dias. Como é o caso do jornal *O Integralista* que será criado um mês depois



do lançamento do Manifesto de Outubro, por estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, que participavam da Sociedade de Estudos Políticos. Não chegou a ter grande repercussão, não obedecia a certa regularidade de publicação, no entanto esteve vivo durante todo o tempo da AIB.

Os dois jornais de Circulação Nacional foram, em primeiro lugar - *Monitor Integralista* (1933 – 1937) que buscava regularizar a organização do movimento integralista em todas suas diretrizes e locais de aceitação, abordando a hierarquia governamental dentro do próprio movimento. Além disso, informações sobre o uso dos uniformes, pela ideal militarização dos filiados. Possivelmente, esta abordagem pode ser analisada da forma que o jornal, queria demonstrar a disciplina do Movimento, e assim conquistar a simpatia dos brasileiros, além do público específico que é propriamente quem está se organizando em núcleos integralistas.

O segundo jornal, *A Offensiva* (1934 – 1937) era encarado como órgão oficial do integralismo, nele eram expressas as doutrinas do movimento, que deveriam servir de exemplo para todos os núcleos e os adeptos do partido. Tendo este jornal passado por distintas fases, uma delas é a disseminação do ideal integralista, a fim de expandir o movimento para o máximo possível de adeptos. Outro momento que percorreu o jornal foi o desaparecimento de alguns termos subversivos do jornal. Em decorrência do lançamento da Lei de Segurança Nacional, de 1935, foi preciso tomar cuidado com o discurso que supostamente infringisse a ordem do governo, era necessário demonstrar que a AIB não era um risco para a segurança Nacional, assim como o então determinado Perigo Vermelho, por parte da Aliança Nacional Libertadora de cunho comunista, que depois da Intentona Comunista, datada do mesmo ano, foi posta na ilegalidade.

Assim, “Se, por um lado, não há mais a preocupação de legitimar a sua existência, devido ao grande número de adeptos, por outro, há a necessidade de justificar por que o movimento/partido não representaria risco para a sociedade”. (OLIVEIRA, 2009, p.159). Termos como revolução, ou qualquer afirmativa que desprestigiasse o governo Vargas, estava suspenso. Alterando de posição perante ser um movimento revolucionário. “As demonstrações de força passaram a ser a capacidade de arregimentação e não a força armada.” (OLIVEIRA, 2009, 163)

Já os Jornais Regionais localizavam-se na capital dos estados, instalados às Secretarias Provinciais, sendo dirigido pelo chefe provincial, como é o caso do Jornal que é objeto desta pesquisa, *Flamma Verde*. Estes jornais funcionavam como o intermediário destas Chefias provinciais aos núcleos municipais. Eles abordam notícias nacionais e internacionais, e

principalmente regionais, publicam artigos de nomes importantes para a AIB, local em que se discutem aspectos da ideologia do partido, como o nacionalismo, espiritualismo, antiliberalismo, e anticomunismo, a exemplo dos Nacionais. Estes jornais não possuíam padrão entre si, possuíam autonomia para fazer a formatação, os usos e organizações dentro dos textos vindos da esfera Nacional. O que é mais significativo segundo Oliveira é a relação que se estabelece de pertencimento dos militantes, além da doutrinação partidária, o jornal regional tratava de notícias do estado e das crescentes bases integralistas que surgiam nos municípios.

Os jornais nucleares são sustentados pelos próprios associados aos núcleos das cidades, por isso, “têm uma maior fragilidade do ponto de vista técnico e financeiro” (OLIVEIRA, 2009, p. 173). Houve dentro destes jornais, em vistas da independência econômica e do livre controle da gerência integralista, maior liberdade e autonomia dos redatores, dos quais apropriavam-se da doutrina Integral e a ampliavam aos interesses próprios ou da necessidade da comunidade. Foram estes jornais os mais numéricos da história da Imprensa Integralista.

Os jornais que foram criados em Santa Catarina e circularam por entre os lares integrais e talvez de alguns interessados no discurso, foram segundo a “Enciclopédia do Integralismo”:

*O agricultor* – rio do sul; *O farol* – Itajaí; *Flamma Verde* – Florianópolis; *O Jaraguá* – Jaraguá do Sul; *Vanguarda* – São Francisco do Sul; *Anauê* – Joinville; *Cidade de Blumenau* – Blumenau; *Alvorada* – Blumenau; *O progresso* – Brusque; *A Fôlha Nova* – Joinville; *Blumenau Zeitung* – Blumenau; *Jornal de Joinville*; *Flama* – Florianópolis. (A Enciclopédia do Integralismo Apud. OLIVEIRA, 2009, em anexo p.368)

A imprensa Integralista mais popularizada foram os periódicos, e, no entanto, foram usados outros recursos para disseminação do discurso. O panfleto foi muito utilizado, poderia ser distribuído, colado em locais estratégicos da cidade, de maneira simples e rápida, com uso “um texto curto e frases de efeito, a população era convidada a ingressar no integralismo” (ZANELATTO, 2012, p. 286). Outro agente é a revista, que eram utilizadas como ferramentas ideológicas para atingir outros setores da sociedade que ficavam invisibilizados pelos periódicos. Assim, o público alvo da revista é a mulher e a criança, direcionada a um espectro da família. “Estas revistas começaram a surgir a partir de 1935, período em que o integralismo já estava completamente estruturado e passou a utilizar novos meios de

cooptação social” (OLIVEIRA, 2009, 181) e precisavam então lançar mão de novos discursos, universalizantes e de projeções sociais.

Com isto, constatamos que o discurso integralista veiculado na imprensa foi um dos grandes responsáveis pela grande expressão social do integralismo e o instrumento que possibilitou à AIB a se tornar um movimento de massas, o primeiro organizado nacionalmente no país. (OLIVEIRA, 2009, p. 207)

Portanto, evidenciando a imprensa como grande difusora do integralismo no país, em grande medida no estado de Santa Catarina, possibilitando ao partido ser o primeiro movimento que congregou uma massa populacional, legitima o objeto de pesquisa em questão para esta pesquisa, o Jornal que circulava no estado catarinense *Flamma Verde* durante os anos de 1936 até fevereiro de 1938. No entanto, é necessário que se faça outra contextualização antes de adentrarmos aos objetivos em questão. Como se dará a desintegração do partido a partir do Estado Novo, quais os momentos vividos pela equipe dirigente da Ação Integralista Brasileira até que definitivamente a doutrinação integralista tenha-se extinto por completo durante o Estado autoritário e centralizador.

#### 2.4 O GOLPE DE ESTADO NOVO E A EXTINÇÃO DOS PARTIDOS

O processo que se instrumentaliza até o golpe de Estado Novo em 1937, se caracteriza como um período de incertezas e oposição política, desde 1930, por iniciativa de várias frentes distintas apoiando Getúlio Vargas, se instaura um governo provisório. Que durante o exercício de sua candidatura, manterá invisibilizados aqueles que o ajudaram no processo de fazer-se na chegada do Poder. Assim, estes atores postos de lado quando em 30, tomam frente de movimentos de ideologias extremas que se destacariam como um problema para a “Segurança Nacional” de Vargas. São eles a Ação Integralista Brasileira, de caráter conservador de extrema direita e a Aliança Nacional Libertadora de cunho comunista, de extrema esquerda.

Em, 1934, em um contexto de tensões e pressões sociais, *grosso modo*, por parte das elites oligárquicas paulistas, alijadas do poder; do movimento operário que se organizava; e da crescente ordenação integralista que personifica o estado na figura de Plínio Salgado. Getúlio lança uma nova constituição em resposta a estas pressões dos grupos dicotômicos que se fortaleciam, tal constituição abriria espaço para a não reeleição do presidente, em detrimento de outros candidatos. Em 1935, depois da Intentona Comunista apoiado por Prestes, a ANL é desmantelada e posta em ilegalidade, porém, o discurso contra o comunismo

continua naquele momento, ainda mais fortalecido, e 'justificável' por parte do Governo Federal e também pelo Integralismo.

O ano de 1936 é considerado o ano do Integralismo, em função de já ter se consolidado como um partido de grande adesão popular, consegue eleger um bom número de representantes municipais. O que gera maior alerta para as autoridades nacionais. Antes que se consolidassem as eleições, no entanto, marcadas para o ano de 1938, Getúlio Vargas instaura o regime autoritário sob o título de Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Tal regime, justificara-se nas dissidências partidárias, que apontavam para uma organização da sociedade a partir da militarização, ou do controle da classe operária, respectivamente, para incidir uma postura centralizadora sob argumento que é descrito na própria constituição que é lançada no dia do Golpe:

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;  
ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente; [...] (BRASIL, 1937)

Portanto, evidencia-se de maneira constitucional e pública, além do uso dos meios de comunicação, que o Estado Novo foi implantado para evitar que as agremiações ideológicas que percorriam o país, e ofereciam risco a Pátria se consolidassem de maneira repentina. Há que se considerar que na origem do golpe do Estado Novo o integralismo esteve presente apoiando o mecanismo. O que se caracteriza como a última "ambiguidade" de Plínio Salgado. Que tomou de assalto um golpe que ele mesmo programou, mas que, no entanto, de maneira repentina, foi posto na clandestinidade. O que Getúlio fez, foi buscar o maior apoio possível para implantar o regime e depois descreditar seus aliados, tornando-os novamente opositores.

A intervenção de maior referência para este desprezo e exclusão foi lançada a partir Decreto-Lei nº 37, no dia 02 de dezembro de 1937, onde se extinguiu de vez os partidos políticos, onde se encontra a intenção de uma ação centralizadora, dismantando o pluripartidarismo que outrora vigorava, e segundo o decreto, consistiam em objetivos meramente eleitorais, e "serviu para criar uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranquilidade pública e sem correspondência nos reais sentimentos do

povo brasileiro”; (BRASIL, nº 37, 1937) ou o velho perigo da revolução. Assim, ficam dispostos os artigos:

**Art. 1º** Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos.

**Art. 2º** E' vedado o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos e organizações auxiliares compreendidos no art. 1º

[...] **Art. 4º** Aos partidos políticos compreendidos no art. 1º permitido continuarem a existir como sociedade civil para fins culturais, beneficentes ou desportivos, desde que o não façam com a mesma denominação com que se registraram como partido políticos. (BRASIL, nº 37, 1937)

É nesta última abertura, o artigo quarto do decreto lei, em que a Ação Integralista Brasileira vai dar o seu último suspiro como organização, pois criou a Associação Brasileira de Cultura. Registrada no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, conforme implica o decreto de nove dias depois do primeiro, nº 59 de 11 de dezembro de 1937. A partir do exposto, é que se considera o problema da pesquisa, e que será levantada no próximo capítulo do Trabalho. Como se dará a breve sobrevivência do Jornal *Flamma Verde* depois de instaurada todas as restrições do Estado Novo.

### 3. ENTRE O SILENCIAMENTO E A RESISTÊNCIA: MUNDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA RETÓRICA DE *FLAMMA VERDE*.

#### 3.1 A MATERIALIDADE DO PERIÓDICO

O jornal *Flamma Verde* foi um periódico de circulação semanária, de caráter partidário, vinculado à Ação Integralista Brasileira, dirigido por Othon Gama D’êça, Chefe Provincial da Ação Integralista Brasileira, e gerenciado por Arnaldo Suarez Cuneo até a décima primeira edição, e substituído por Celso Mafra Caldeira até sua última edição. Em que era estabelecido na cidade de Florianópolis, esteve em circulação de 12 de setembro de 1936 até 05 de fevereiro de 1938, em todo o estado de Santa Catarina, como o semanário mesmo afirmava em suas páginas, embora, se conheça que havia uma resolução para que pelo menos, todos os núcleos municipais da AIB recebessem as publicações da sede estadual do Integralismo, do qual, neste caso, ficava no mesmo local em que era instalado a editora da folha em questão, no entanto, ainda não há estudos que apontem para o real alcance nas cidades catarinenses e nem se ele atingiu o público alvo de seu discurso.

A propósito, esta inclinação específica à um público, é uma relação que assim como a circulação estadual, diferenciava dos demais periódicos integralistas: a questão da tentativa de arregimentação da classe trabalhadora para as fileiras do Sigma. Já que este, publicou em todas as edições do Jornal artigos que tratassem da questão operária, da organização da classe em sindicato corporativista.

Para esta seção da pesquisa, foram levantadas as edições que datam do mês de outubro do ano de 1937, a fim de identificar a posição do Jornal no período anterior ao Golpe do Estado Novo, para então evidenciar as ações do Jornal diante da situação em que se instaurou no país, para isso foram analisadas as edições datadas nos primeiros meses do regime, tais foram, a de número 61, que foi lançada 3 dias após a data do Golpe; a de nº 63 que data de 24 de dezembro de 1937; edição de nº 64 de 1º de janeiro de 1938; publicação nº 65 lançada em 8 de janeiro; a seguinte de nº 66, publicada em 15 de janeiro; a de nº68, de 29 de janeiro; e por fim, a última impressão, nº69 do dia 05 de fevereiro de 1938. Além disso, será realizado um diálogo entre o que estava circulando em outros jornais na cidade simultaneamente às publicações citadas acima. Sendo eles o Jornal *O Estado* e *A Gazeta*.

### 3.2 A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA E O *FLAMMA VERDE*, CONCEDENDO ESPAÇOS DE PODER À OUTREM

Para conhecimento de todos os integralistas do País e devida execução, publica-se o seguinte: A todos os integralistas do País. O ano de 1937 é o ano de intenso alistamento eleitoral nas fileiras do Sigma. O integralismo quer vencer dentro da ordem, seguindo estritamente a Constituição da República, a lei eleitoral vigente como Partido Político de âmbito nacional devidamente registrado no T. S. E. [...] Nossa arma, pois, é o voto. (FLAMMA VERDE, 24 de julho de 1937, p. 6)<sup>5</sup>

Ao passo desta primeira deliberação Integralista, evidencia-se a candidatura de Plínio Salgado para as eleições presidenciais do ano de 1938, neste documento escrito pelo mesmo, encontra-se as ordens para a o alistamento eleitoral, tal indicação foi escrita no período de lançamento da candidatura do Chefe Nacional Integralista, aos altos de janeiro de 1937, e esteve publicado novamente na edição de julho daquele mesmo ano. A questão da repetição da determinação do alistamento eleitoral é constante neste ano de 1937. Depois desta chamada, Plínio informava das diretrizes sobre o alistamento. Conforme estabelecido na fala, os responsáveis nos núcleos integralistas deveriam repercutir o máximo esta definição, por isso, o jornal, que era de responsabilidade do Chefe Provincial repetiu o indicativo, e quanto propriamente a massa que formava o partido, deveria registrar-se, com número de eleitor e residência no Departamento Eleitoral, e àqueles que estavam recém aderindo, deveriam o fazer já no ato da inscrição no partido. Desta forma, fica evidenciado que Plínio e os Integralistas estiveram durante o ano de 1937 organizando a candidatura e os processos eleitorais do ano de 1938. Tal eleição estava estabelecida pela constituição de 1934.

Tendo em vistas, esta articulação de Plínio Salgado e de seus eleitores, tratamos de identificar a repercussão desta decisão, na imprensa que circulava na cidade de Florianópolis. Em razão de que estes jornais percebiam a crescente movimentação da ideologia na cidade. E em relação à folha, partilhavam da mesma classe profissional, concorrendo entre si, pelas assinaturas do periódico. No jornal *O Estado* encontramos sob o título de “Os integralistas vistos pelos srs. Getúlio Vargas e Macedo Soares” que dizia que “O presidente da república recebeu ontem, [15 de junho de 1937, grifos meus] no palácio do Catete, vários representantes do Integralismo, que foram comunicar-lhes ter sido escolhido candidato dessa corrente à presidência da República o Sr. Plínio Salgado” (O ESTADO, 16 de junho de 1937, p. 1). Em resposta, Vargas e Soares teriam dito:

---

<sup>5</sup> Optamos por utilizar a nova ortografia nas transcrições das matérias dos jornais.

[...] nunca encontrei de parte dos integralistas nenhuma dificuldade para o meu governo. Jamais os apanhei em conspirações alguma, em movimento algum de subversão da ordem ou das instituições vigentes do país”. [...] Sr. Macedo: “Limiteme a declarar-vos que o Governo da República manterá rigorosamente imparcialidade e, seguramente, os direitos de todos os partidos registrados, em toda a campanha eleitoral. Os antecedentes do presidente Getúlio Vargas, aliás, garantem de sobra que as eleições de 3 de janeiro de 1938 se processarão com a mais ampla liberdade e com inteira garantia de direitos de todos. (O ESTADO, 16 de junho de 1937, p. 1)

A partir destas afirmativas por parte do Presidente e do Ministro da Justiça, se entende que a princípio a candidatura de Plínio Salgado era legítima por parte das autoridades, que atestaram o direito e a liberdade de tal ação. No entanto, a não perturbação por parte do Presidente diante da candidatura estava na relação de aliança que seria promovida entre ele e o Integralismo no segundo semestre daquele ano. É importante ressaltar que Plínio Salgado esteve a par das intenções de Vargas e de seus aliados para a implantação do Golpe que estava porvir, apoiando, e até mesmo abdicando do seu pretendido cargo e propriamente da organização partidária que construíra até então, desde 1932.

Esta interação foi identificada nas páginas do *Flamma Verde* nº 56, de 09 de outubro de 1937, 10 dias depois do lançamento via rádio, no programa Hora do Brasil, anunciado por Góes Monteiro, de um suposto planejamento dos Comunistas do Brasil, influenciados pelo movimento operário do início do século e da Intentona de 1935. Tal documento chamado “*Plano Cohen*”, mas tarde identificado como um documento forjado, elaborado por um Integralista, foi o elemento que Vargas utilizaria como justificativa para instaurar um Estado forte, centralizador e corporativo, construído intelectualmente para ser uma “Democracia”.

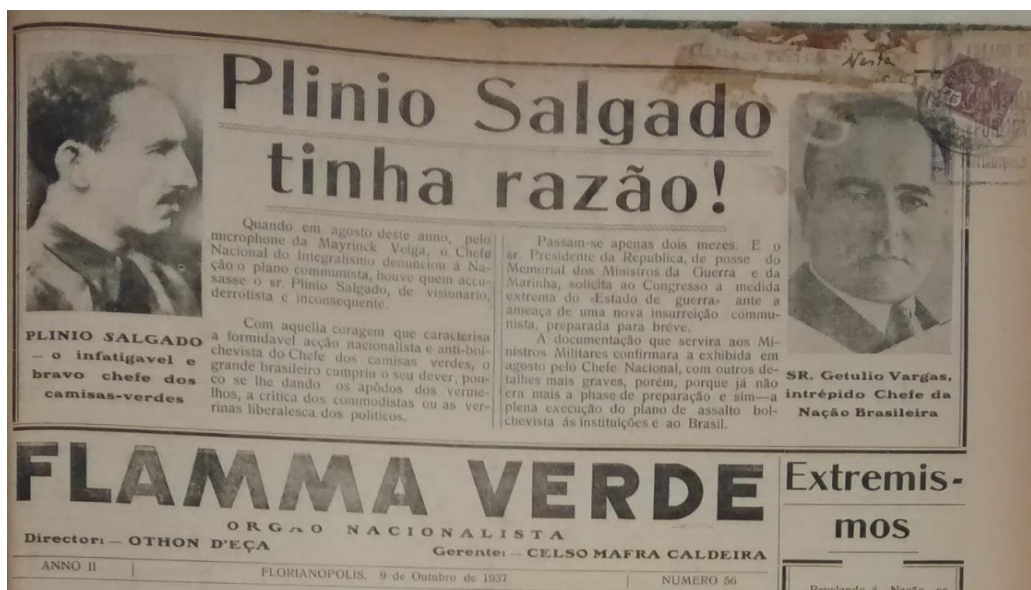


Figura 1 - Parte superior da capa da edição do FLAMMA VERDE, Florianópolis, ano II, nº 56, 09 de outubro de 1937, p. 1.



Podemos dividir a análise deste recorte da página em dois momentos, primeiramente, façamos a observação dos recursos imagéticos, e das referências em relação aos agentes que aparecem em destaque no quadro, no canto superior esquerdo, está uma imagem usual de Plínio Salgado, sendo chamado de “infatigável e bravo chefe dos camisas-verdes”, em menção a liderança da Ação Integralista Brasileira. Ao passo que na imagem da direita, aparece “Sr. Getúlio Vargas, intrépido Chefe da Nação Brasileira”, ou seja, uma insinuação elogiosa a um status de coragem deste líder. Portanto, estava definida uma aproximação entre os dois, tanto na questão de serem colocados em posição de proeminência semelhante, ou seja, uma equiparação de relevância; quanto no discurso, que os caracterizam de forma indistinta como incansáveis chefes, cada um em sua respectiva função, àquele em relação ao considerado ‘sólido’ integralismo e o último em relação a tão aclamada Nação.

O segundo exame diz respeito à notícia vinculada naquela construção, onde destaca-se a previsão de Plínio, quando que por razões de ter já estado em contato com o documento na fase em que estava sendo produzido, pôde exercer uma afirmação de genuína aspiração, pois destacaria sua visão política do país.

Quando em agosto deste ano, pelo microfone da Mayrinch Veiga, o Chefe Nacional do Integralismo denunciou à Nação o plano comunista, houve quem acusasse o sr. Plínio Salgado de visionário, derrotista e inconsequente. Com aquela coragem que caracteriza a formidável ação nacionalista e anti-bolchevista do Chefe dos camisas-verdes, o grande brasileiro cumpriu o seu dever, pouco se lhe dando os apêdos dos vermelhos, a crítica dos comodistas ou as verrinas liberais dos políticos. Passam-se apenas dois meses. E o presidente da República, de posse do Memorial dos Ministérios da Guerra e da Marinha, solicita ao Congresso a medida extrema do ‘Estado de Guerra’ ante a ameaça de uma nova insurreição comunista, preparada para breve. A documentação que servirá aos Ministérios Militares confirmara a exibida em agosto pelo Chefe Nacional, com outros detalhes graves, porém, porque já não era mais a fase do plano de assalto bolchevista às instituições e ao Brasil. (FLAMMA VERDE, 09 de outubro de 1937, p. 1)

A notícia trata de divulgar que já estariam se preparando, por meio da medida de Estado de Guerra, novamente no país; tal havia sido revogada meses antes, tendo estado vigente desde 1935, quando ocorreu o levante comunista. Apesar de o “*Plano Cohen*” ter sido lançado a público em 30 de setembro de 1937. Somente nesta edição do dia 09 de outubro é que ele será mencionado, preliminarmente com a entrada da edição já explorada, e também no corpo da publicação, chegando a ocupar grande presença no número.

O Jornal colocou os trechos do documento em distintas páginas, no total foram em quatro páginas em que os textos do documento aparecem, em geral, o jornal fez o recorte de algumas das ações proposta pelo “*Plano*”, a primeira, que será distribuída na capa, trata-se

das diretrizes para uma ação prática, onde se manifesta a tão temida “agitação das massas”, que seria dividida, conforme o documento em frente política e a de combate ao integralismo, com formações de comitês com respostas nacionais e regionais de diferentes organizações da sociedade.

A segunda vez em que o documento é citado diz respeito a “moral comunista”, onde se encontra o discurso: “a violência deve ser planejada, deixando de lado qualquer sentimentalismo não só favorável aparentemente ao ideal revolucionário como também à piedade comum”. (FLAMMA VERDE, 09 de outubro de 1937, p. 2). Outra estratégia levantada pelo documento, sendo a terceira elencada, na página 7 da edição, seria o “Comitê dos Incêndios”, do qual pretendiam desorganizar a ação efetiva dos contingentes militares quando instaurassem um caos em diversas partes das cidades, através da ação incendiária. Também nesta página, levantam que precisariam da ajuda das classes militares e das instituições religiosas para efetivar contra o Integralismo.

Por fim, na última página se refere, como “Saques, incêndios e estupros”, que ficariam a cargo da “ação das massas civis” ocupando todos os espaços, “a) no centro da cidade; b) nos bairros elegantes e plutocrata; c) as delegacias, prisões, xadrezes, etc; d) respeitar de modo absoluto as embaixadas estrangeiras [...] (FLAMMA VERDE, 09 de outubro de 1937, p. 8). A partir da tomada destas indicações, depois de instaurado a greve, seriam colocados cercados em combate com os exércitos, os atacando, afugentados.

No geral, esta publicação esteve toda em função de expor e responder veementemente contra o futuro golpe comunista no país, sendo que por meio da veiculação do ‘plano’ estariam justificando para a população a confirmação dos absurdos que o comunismo arquitetava e muito já lhes haviam proferido no semanário. Já em outras situações, esteve a defender-se do discurso do qual o documento infringia em relação ao caráter não democrático que idealizava o partido. É nesta articulação da exposição do documento, que garantiria suposta credibilidade o discurso anticomunista da AIB.

Na publicação da semana seguinte, nº 57, do dia 16 de outubro esteve veiculada, na capa da edição, a notícia da criação de um órgão civil para defesa anticomunista da Nação, pensada pelo Ministro da Justiça, Macedo Soares, com título ‘Defesa Social Brasileira’.

SR. Macedo Soares – Ministro da Justiça: “art. 1 – Fica constituída a sociedade civil – ‘Defesa Social Brasileira (D. S. B) com sede e foro nesta capital, entidade apolítica, com o objetivo de defender a Sociedade e a Constituição da República e combater, intensamente e extensamente, o anarquismo e o comunismo no Brasil [...] Art. 2 - Os membros da D. S. B., por ter esta finalidade política, não estão impedidos de pertencer, pessoalmente, a qualquer partido legalmente registrado. É, entretanto,

proibido[...] elementos filiados ou ligados a partidos de ideologia comunista ou anarquista. [...] Art. 3 – A ação da D. S. B., será defensiva e ofensiva: a) a ação defensiva[...] mobilizando os homens e meios necessários para reagir eficazmente contra qualquer golpe ou atentado comunista e anarquista. b) – a ação ofensiva se exercerá por meio da propaganda e contra-propaganda doutrinária [...]”. (FLAMMA VERDE, 16 de outubro de 1937. p. 1)

Desta forma, estava aberta a livre denúncia de locatários e ações comunistas. A veiculação desta notícia denotou a junção de todas as forças do país contra o perigo de uma revolução comunista, o que ocorre é que a circulação desta, também nos dá margem para identificar que o jornal aderiu a este movimento, e gostaria de anunciar para a população que também o fizesse. As outras edições que dão neste espaço de tempo entre o lançamento do “*Plano Cohen*” e da ação prática anticomunista até o lançamento do Estado Novo, circulou muitas publicações no *Flamma Verde* com este caráter denunciativo.

Na edição nº 60, de 06 de novembro de 1937, sob aquele mesmo layout de enquadramento entre Salgado e Vargas da edição nº 56, foi noticiado sobre o apoio irrestrito de Plínio ao Poder Central, ao final da notícia sobre o desfile de 1º de novembro, no qual Vargas assistiu.

[...] A noite, o Chefe Nacional, Plínio Salgado, falou ao Brasil, pela rádio ‘Mayrinch Veiga, definindo a posição do Integralismo em face do momento e que é a de **Absoluta solidariedade ao Poder Central na luta contra o comunismo assassino.** [grifos do jornal] (FLAMMA VERDE, 06 de novembro de 1937, p. 1)

Por tanto, a partir da análise do *Flamma Verde* neste período de instabilidade criada pelo próprio poder público para justificar um regime que controlaria o ‘caos’, foi possível identificar os movimentos de apoio de Plínio Salgado à Getúlio Vargas, que mais tarde irá se abster de qualquer reconhecimento desta atitude, que, no entanto, será discutido no próximo segmento da pesquisa.

### 3.3 NO GOLPE DE ESTADO NOVO: A TRAJETÓRIA DE ANUNCIAÇÃO AO SILENCIAMENTO

A edição que foi lançada na semana que ocorreu o Golpe de 10 de novembro é significativa para demonstrar o apoio que Plínio Salgado decidiu fazer frente a articulação de Vargas para fundar o Regime, e, além disso, ela inaugura um período de instabilidade do Jornal frente a situação que ocorria no país. A primeira observação a ser realizada antes da análise do conteúdo histórico na edição, é evidenciar um processo do qual irá justificar grande parte da argumentação deste segmento da pesquisa. A primeira circunstância da reação

sintomática em relação ao Estado Novo é o intervalo prolongado que houve da Edição nº 61 publicada em 13 de novembro, até de nº 63 que data em 24 de dezembro<sup>6</sup>, ou seja, o jornal esteve em suspensão durante cinco semanas, tendo sido lançada apenas uma edição neste meio tempo (o jornal mantinha publicações semanais). O que conduz esta interrupção são as medidas políticas centralizadoras de Getúlio Vargas, que incidiram diretamente na estruturação da Ação Integralista Brasileira e, não obstante, ao jornal *Flamma Verde*. Por este motivo, serão utilizadas algumas notícias que circularam nos jornais da cidade durante este período que o *Flamma Verde* não publicou.



Figura 2 - FLAMMA VERDE, ano II, nº 61, Florianópolis 13 de novembro de 1937, p. 1.

Na edição de 13 de novembro o jornal declara, sem fazer qualquer crítica à inconstitucionalidade do golpe que promoveu Getúlio no dia 10, do corrente, intitulado “A dissolução da câmara e do senado”, argumentando de que tal atitude correspondeu à vontade do povo que estava cansado de promessas e corrupções:

<sup>6</sup> Apesar de a edição 62 ter sido escrita na época, ela não consta no acervo da Biblioteca pública de Santa Catarina. Assim, não conseguimos identificar a data em que ela foi publicada, e nem tão pouco, seu o respectivo conteúdo.

O Governo federal mandou fechar a Câmara e o Senado, e bem assim as Assembleias Estaduais, considerando que esses organismos se haviam tornado pelas agitações políticas que suscitaram, prejudiciais às instituições, à ordem pública e à unidade do Brasil. (FLAMMA VERDE, 13 de novembro de 1937, p. 1)

Nota-se que desta vez, apenas o Chefe Nacional da República aparece em destaque na parte superior da publicação, o uso desta estratégia imagética supõe que o jornal cedeu um espaço privilegiado - pois era local reservado para o Chefe Supremo do partido - num sentido de honraria para àquele que há algumas edições tem sido elogiado. Plínio Salgado irá aparecer encabeçando um artigo na segunda página desta importante edição, com intuito de explicar sua posição no acontecimento, para os camisas-verdes e para os interessados opositores. “Com o poder Central” será a chamada para este texto que produziu.

Somente os espíritos e as inteligências pesadas poderiam estranhar a atitude do Integralismo solidarizando-se na luta contra o comunismo assassino, com o Sr. Presidente da República e as classes armadas. [...] Como gesto o Chefe Nacional do Integralismo demonstrava que, acima dos programas dos Partidos e das Intenções políticas, devem pairar, como as únicas preocupações dos homens de civismo, os supremos interesses do Brasil. [...] onde o Brasil necessitar de um cérebro para servir, de um braço para defender ou um coração para o amar – aí estarão os camisas-verdes decididos, vigiantes, prontos a darem a própria vida em holocausto à grande Pátria Imortal. [...] A solidariedade dos integralistas às classes armadas e ao sr. Presidente da República na luta contra o comunismo e na criação de uma nova ordem de coisas no Brasil – não é um cambalacho político, que os camisas-verdes não conhecem essas misérias. O sr. Plínio Salgado teve a coragem de declarar à Nação que não aspira a Presidente da República e que deseja ser o condestável do Brasil. Sim, o condestável que dará à Pátria brasileira unidade e grandeza e fará do Brasil – Uma Potência Internacional respeitada e invencível. (FLAMMA VERDE, 13 de novembro de 1937, p. 2)

Portanto, a justificativa para a aproximação de Plínio ao Regime foi o inimigo comum, o comunismo, do qual já teriam realizado fortes discursos contra o ‘perigo vermelho’ que agia como espectro nas relações da sociedade que estava se desenvolvendo, por meio da crescente industrialização e, por conseguinte, uma massa de trabalhadores. Por esta razão também, os dois movimentos se asseguraram com a base corporativista, pois precisavam organizar o operariado de forma que não levantassem uma luta de classes. Outra situação que é usada neste esclarecimento é o nacionalismo, do qual era fortemente pregado pela Ideologia Integralista, assim, mesmo diante das adversidades do Estado Novo, os integralistas deveriam aceitar que Plínio havia perdido espaço na eleição pelo bem maior, a nação, esta posição é chamada por ele de “holocausto à grande Pátria imortal”, como sinônimo de sacrifício.

Nesta mesma edição de pronunciamento do Estado Novo, aparecem elementos que tiveram reação nacional imediata a implantação da nova Constituição de 1937, sendo eles a nomeação do novo Ministro da Justiça, Francisco Campos, qual foi o grande articulador no fortalecimento da figura de Vargas na federação, e também a renúncia dos governadores da

Bahia e de Pernambuco, onde “alegaram que, com o seu gesto, querem significar a sua fidelidade ao regime liberal, substituído pela nova Carta constitucional da República. (FLAMMA VERDE, 13 de novembro de 1937, p. 1)

Em sequência, notícias que diziam respeito ao cotidiano do Integralismo na capital catarinense, como os preparativos do Natal e outra, da qual *Flamma Verde* ainda não poderia perceber a amplitude que tomaria em relação as medidas de banimento do Partido. A notícia se referia à divulgação de uma sessão doutrinária no núcleo municipal de Florianópolis, que teria ocorrido no dia 09 de novembro. Além disso, restou uma frase pequena “Vote em Plínio Salgado” (FLAMMA VERDE, 13 de novembro de 1937, p. 1) que dizia respeito as eleições que ocorreriam, que, no entanto, foram canceladas com a decretação do Estado Novo naquela semana. Teriam eles errado no momento da montagem da publicação, já que aquela frase aparecia em todas as edições desde que Salgado havia lançado a candidatura; ou teria sido um ato de resistência?

Mesmo diante de todas as declarações de apoio ao regime, os discursos professados pelo Presidente da República seguiam um inverso àquele declarado pela Ação Integralista Brasileira e o *Flamma Verde*. Conforme noticiou o jornal *A Gazeta*, da cidade de Florianópolis, no dia 16 de novembro de 1937, publicando uma notícia do distrito federal – na época era a cidade de Rio de Janeiro - em que Getúlio Vargas, em entrevista à jornais estrangeiros esclareceu que “A nova Constituição não é integralista nem fascista. É Brasileira” (A GAZETA, 16 de novembro de 1937, p. 1). O mesmo recorreu em publicação no jornal *O Estado*, “O presidente Getúlio Vargas não tem compromissos com o Integralismo”:

RIO, 16 – [...] Explicando a posição do governo em relação à Ação Integralista Brasileira, que deu apoio à administração, nos sucessos que levaram à promulgação da nova constituição, s. Ex. disse: - “O apoio dos integralistas foi espontâneo. Não houve pedido de compensação, nem compromisso.” (O ESTADO, 17 de novembro de 1937, p. 1)

Neste ínterim, já se observa um distanciamento de responsabilidades por parte do Presidente, que se baseou em alianças para conquistar um lugar absoluto de poder, e em seguida abandonou qualquer perspectiva daqueles aliados. Os meios de desqualificação e desarticulação que irão recair sobre a Ação Integralista Brasileira se darão efetivamente no mês seguinte, em dezembro de 1937. Quanto aos cargos que estiveram ligados ao nome de Plínio naquele contexto pela imprensa, sendo divulgados ou desmentidos, sendo eles: o de Condestável ou de Ministro da Educação, acabaram que nunca efetivamente foram

concedidos. Assim, mesmo tendo participado das articulações para o novo Regime, acaba sem reconhecimento e com seu movimento fragmentado.

No dia 02 de dezembro do mesmo ano, conforme havíamos mencionado ao final do primeiro capítulo desta pesquisa, foi lançado o Decreto-lei nº 37, onde ficavam extintos os partidos políticos. Esta determinação foi anunciada pelo jornal de Florianópolis *A Gazeta* “O chefe da Nação dissolveu os partidos políticos: As antigas agremiações poderão funcionar como sociedades culturais, sob outra denominação que não aquela com que se achavam registradas no Tribunal Eleitoral”. (04 de dezembro de 1937, p. 1)

Este mesmo jornal publicou notícia do Rio de Janeiro, dois dias depois desta edição que destacou a dissolução dos partidos, em que Plínio Salgado é entrevistado, buscando resposta de quais seriam suas atitudes e de seus companheiros diante da medida do Presidente:

A atitude de sempre, isto é, acatamento à lei. A ‘Ação Integralista Brasileira’ tinha dois aspectos: um político, outro de sociedade civil para fins culturais e beneficentes. Como partido político, está extinta. Como sociedade de fins culturais e beneficentes, terá que se transformar, mudando de denominação, de acordo com a lei, o que será feito logo após as instruções que foram baixadas. [...] No momento, pretendo fazer uma reunião de maiores do Integralismo, para estudarmos e resolvermos a situação criada pela lei hoje publicada. (6 de dezembro de 1937, p. 1)

Além disso, a Ação Integralista Brasileira, e em decorrência desta, o *Flamma Verde*, passaram por esta situação de instabilidade, principalmente se elencarmos que a partir daquele momento, as sedes Integralistas em todo o Brasil foram fechadas e suas atividades suspensas. Ou ainda que os comícios foram proibidos, e no caso do objeto desta pesquisa, depois de um chamado na polícia, Othon D’êça foi coagido a retirar a placa em frente a editora do jornal que apresentava o seu nome com a denominação de ‘Órgão Nacionalista’. (A GAZETA, 20 de novembro de 1937, p.1) A ação Integralista Brasileira, por ordem dos decretos nº 37 e nº 54 – este último diz respeito a obrigatoriedade do registro perante o Ministério da Justiça e Negócios Interiores – a modificar a denominação do movimento. Passando a ser reconhecido apenas o caráter assistencialista e cultural, por meio da Ação Brasileira de Cultura.

E, portanto, evidenciamos que este intervalo de publicação corresponde a um silenciamento do *Flamma Verde*, em vistas destas medidas e deslocamentos que o Estado Novo provocou, e dentre as muitas formas que o silêncio pode corresponder, neste caso estaria imbricado no que Eni Bonicelli Orlandi dispõe como:

Movimento, mas também relação incerta entre mudança e permanência se cruzam indistintamente no silêncio. Nem um sujeito tão visível, nem um sentido tão certo, eis o que nos fica à mão quando aprofundamos a compreensão do modo de significar do silêncio. O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de

recoo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um”, para o que permite o movimento do sujeito. (ORLANDI, 2007, p. 13)

Ou seja, o jornal deixa este vazio de publicação, em que se silencia diante do Estado Novo por que está em processo de reestruturação, em que tem que adaptar seu discurso, optando entre a mudança ou pela permanência de alguns discursos para que não fosse extinto, assim como foi a Ação Integralista Brasileira.

### 3.4 *FLAMMA VERDE*: DE JORNAL DE ATUAÇÃO POLÍTICA À ORGÃO DE ASSISTÊNCIA E CULTURA

O hiato de silenciamento do jornal se finda quando ao 24º dia de dezembro, lançam uma nova edição. Embora, este momento simbolize uma etapa de reestruturação da folha, percebemos que poucos discursos desaparecem, no entanto, podemos supor que esta situação pode ser derivada de dois aspectos, seriam eles: o permanente controle por meio da censura, e a aproximação dos discursos outrora integralistas aos estado-novistas.

A última edição do *Flamma Verde* que está salvaguardada pela Biblioteca Pública de Santa Catarina se refere a edição nº 69 do dia 05 de fevereiro de 1938, em vistas disso, salientamos ser esta a derradeira tiragem do Jornal. Por tanto, o reconhecimento da sobrevivência do periódico frente ao novo regime de estado brasileiro será realizado neste período que se estende de 24 de dezembro de 1937 à 05 de fevereiro de 1938.

Durante a respectiva circulação foram deliberadas 3 medidas governamentais que incidiriam diretamente na forma como iriam passar a publicar. A primeira delas, que foi endereçada a todos os jornais catarinenses, noticiada na edição 63, no qual por meio de um telegrama falou o Ministro da Justiça, Francisco Campos:

Tenho o prazer de comunicar a V. S. que acaba de ser criada a Comissão de Doutrina e Divulgação do Regime, no Departamento Nacional de Propaganda. Dando Cumprimento ao dispositivo constitucional, artigo nº 15, relativamente à imprensa, essa comissão enviará para todos os jornais matéria de interesse nacional, que deverá ser publicada nas condições que a mesma comissão designar. [...] (*FLAMMA VERDE*, 24 de dezembro de 1937, p. 3)

A criação da Comissão de Doutrina e Divulgação do Regime tinha por objetivo lançar a imprensa como local privilegiado de expansão doutrinária do Estado Novo. O Departamento Nacional de Propaganda neste contexto tinha objetivo de educar sobre a nacionalidade, exercer censura, e deter controle de todos os meios de comunicação, neste contexto, o DNP



“atribuiu à imprensa a qualidade de serviço de utilidade pública e traçou os limites para a sua atuação através de uma série de restrições”. (ARAÚJO, s.a, s.p.)

Importante ressaltar que neste período ainda não havia sido criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP),<sup>7</sup> que seria colocado no local do Departamento Nacional de Propaganda a partir de dezembro de 1939. Neste sentido, conforme o trecho citado acima, estariam iniciando as ações de popularização do regime, usando argumentação de que o jornal endereçado “prestigiará com seu elevado patriotismo, a propaganda da comissão”, (FLAMMA VERDE, 24 de dezembro de 1937, p. 3) o que sugere certo nível de coerção na fala, já que as notícias tendenciosas seriam obrigadas a circular na imprensa, sendo ela favorável ou não ao Regime.

Outra diligência que foi aplicada nas páginas do periódico, foi a transferência do órgão fiscalizador e de censura da capital catarinense, que foi das mãos da Delegacia Auxiliar, por intermédio do Major Antônio Santos, para, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), a ser exercida por Ary Pereira e Oliveira. Esta mudança foi comunicada ao semanário dia 04 de janeiro, e divulgada na edição nº 65, de 08 de janeiro de 1938, tendo como chamada: “Delegacia de Ordem Política e Social:

Da Secretaria de Estado do Negócios da Segurança Pública recebemos o seguinte ofício: SR. Diretor – Comunico-vos que a partir de amanhã, a ‘Censura’ aos jornais desta capital passará a ser exercida por esta Delegacia, obedecendo-se, até ulterior deliberação, o mesmo critério e horário fixado pelo antigo Censor. (FLAMMA VERDE, 8 de janeiro de 1938, p. 4)

E por último, o lançamento da seção de Publicidade do Departamento de Estatística do Estado de Santa Catarina, comunicado por Carmo Flores, em 6 de janeiro, veiculado no jornal em 15 de janeiro de 1938. Do qual estaria incumbido este órgão de:

I – O preparo e a distribuição das publicações destinadas a divulgar os trabalhos elaborados pela repartição. II – A prestação das informações solicitadas à repartição. III – O preparo ou a obtenção dos trabalhos que devem constituir os opúsculos de vulgarização a serem publicados pela repartição. IV – O serviço de “comunicados à imprensa” pelos quais se faça a propaganda dos trabalhos do Departamento e a

---

<sup>7</sup> O Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, foi o órgão máximo responsável pela criação do discurso do Estado como único “sujeito histórico” (LENHARO, 1986, p. 13), criou também a imagem paternalista de Vargas durante do Estado Novo, segundo o dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, tinha como objetivos “centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa”. [...] fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, de radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa, [...] colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país. [...]” ARAÚJO, Rejane. Departamento de Imprensa e Propaganda: DIP. Rio de Janeiro. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

vulgarização dos dados da estatística catarinense e de assuntos que a interessem. V – O arranjo e a conservação de uma exposição permanente franqueada ao público e que compreenda amostras da produção catarinense e documentação relativa à economia e à vida do Estado nos seus principais aspectos. (FLAMMA VERDE, 15 de janeiro de 1938, p. 5)

Podemos notar que estas iniciativas buscavam uniformizar os discursos em relação ao novo governo, equiparando sinônimos do ideal de trabalho, colaboração e progresso. Ao passo que a imprensa colaborativa deveria divulgar os aspectos positivos dos esforços lançados pelo Estado Novo para Santa Catarina, assim como a homogeneização do discurso à imagem do presidente. E tais medidas irão influenciar em como irá se configurar a nova fase do Jornal, que correspondia agora não mais a Ação Integralista Brasileira, sim, a Associação Brasileira de Cultura.

O semanário *Flamma Verde*, anteriormente vinculado a um partido político, passa então, em decorrência da nova Constituição de novembro, o Decreto-lei nº 37 e do registro no Ministério da Justiça, cessar as publicações sobre quaisquer atividades referentes ao Integralismo, como recorria sempre nas edições de antes do Golpe, eram elas: as notícias sobre o sucesso dos comícios doutrinários na capital, dos desfiles da milícia verde, da situação dos núcleos municipais, e, a adesão de personalidades ou grupos de determinadas classes profissionais.

A menção a antiga Ação Integralista Brasileira existe, no entanto, para aludir que justamente ela, já fazia trabalhos relacionados ao assistencialismo e ao incentivo à cultura, antes mesmo do Estado Novo. A organização do partido dividia-se em vários departamentos, inclusive um denominado Dep. da Cultura Artística, além disso, haviam as Secretarias de Assistência Social, a organização de saúde “Cruz Verde”,<sup>8</sup> todas elas pretendiam atender ao público integralista, e se possível os demais brasileiros. Em função desta base, pôde se converter em associação cultural para continuar como organização frente ao novo governo. Outras vezes, a menção aparece nas páginas do jornal para evidenciar que o Integralismo já trabalhava na formação de uma sociedade nacionalista e corporativa. Como evidencia um artigo de Wladimir Bernardes, para

Há quem veja nessa transformação um meio hábil, um processo político, de continuar um imperativo constitucional pelos atalhos de um ardil engenhoso. Nada, porém, menos verdadeiro. A ‘Ação Integralista Brasileira’ sempre foi muito mais orientada para a educação, a cultura, a instrução do nosso povo, do que para a captação da opinião pública, a favor de uma política que visasse, unicamente, a posse do poder. Em cinco anos de existência a ‘ação Integralista’ – e não ‘o partido Integralista’ – se

<sup>8</sup> Sobre a organização burocrática-autoritária da Ação Integralista Brasileira ver TRINDADE, 1974, p. 169 – 207.

norteou para os apostolados de cinismo, para a vulgarização do culto da História Pátria, para as campanhas de alto nacionalismo cristão, relegando para um plano interior as cogitações sobre possíveis sucesso político. (FLAMMA VERDE, 24 de dezembro de 1937, p. 6)

Diante disso, foram lançadas no jornal as notícias relacionadas a nova organização em que se transformaria o Integralismo, com seus respectivos planejamentos para a nova articulação. Quando finalmente regularizada pelo Ministério da Justiça, dedicaram a capa da publicação de 15 de janeiro de 1938, anunciando o Registro da Associação Brasileira de Cultura, que daria prosseguimento “na grandiosa obra cultural, benevolente, eugênica e cívica” (FLAMMA VERDE, 15 de janeiro de 1938, p. 1), que teria caráter burocrático semelhante a AIB, apropriando de cargos já existentes que, no entanto, alterariam a nomenclatura, exemplo, Plínio Salgado outrora Chefe Nacional, fora chamado agora de Presidente da ABC, Othon D’êça, Chefe Provincial de Santa Catarina, naquela data Diretor da Sucursal da ABC.<sup>9</sup>

Regularizados os serviços da A.B.C., entrarão e pleno funcionamento nas suas sucursais nos Estados e Filiais nos municípios as escolas, ambulatórios médicos, consultórios dentários e praças de esportes. Oportunamente o presidente Plínio Salgado expedirá, por intermédio da chefia de seu gabinete, aos diretores das sucursais nos Estados e das Filiais nos Municípios, as necessárias instruções sobre a organização e o funcionamento dos serviços da A.B.C. (FLAMMA VERDE, 15 de janeiro de 1938, p. 1)

Embora o planejamento diante da questão sociocultural esteja presente nas edições de depois do 10 de novembro, não identificamos significativas ações nestas primeiras semanas do ano de 1938 que foi retratada pelo Jornal. Em relação a políticas assistencialistas que são anunciadas pelo *Flamma Verde* está, em maior evidência “O natal das crianças proletárias”, sendo que este, perpassou o momento do silenciamento intacto, já que era uma ação realizada todos os anos em Florianópolis. O dia do natal, em vários núcleos integralistas era sempre comemorado com a doação de brinquedos e roupas para crianças pobres, sendo realizado pelas ‘senhoras’ do departamento feminino da Ação Integralista.

Neste ponto, podemos evidenciar um fator importante para a investigação. Quem sustentou as bases para a Associação Brasileira de Cultura, e conseqüentemente a circulação do jornal, foram às mulheres, e não os agentes do alto escalão integralista. Já que na maioria das vezes ficavam elas incumbidas das ações de assistência, seja na questão da organização de eventos como este, seja na educação das crianças do antigo partido, ou como as principais

---

<sup>9</sup> A capa desta edição está introduzida no Anexo A.

profissionais da área da saúde por exemplo, sendo tratados estes, como espaços públicos autorizados para a presença das mulheres.

Para o que se buscou ideologicamente para a mulher durante o Integralismo, além da participação efetiva no lema “Deus, Pátria, Família”, colocá-las em reduto nas fileiras do sigma, era uma maneira de condicioná-las para trabalhos vinculados ao nível doméstico, mesmo que em espaços da vida pública. Em passagem de Virgínia Mancilha, podemos evidenciar estes locais que elas continuaram ocupando, e que durante a ABC, foram resignificados devido que o espaço já era por ‘excelência’ destas mulheres “atribuindo-lhes funções nas quais em valores como obediência, candura e recato eram considerados imprescindíveis para a utilização dessa mão-de-obra em campanhas assistencialistas e no exercício de profissões como a de enfermeira, professora e datilógrafa.” (MANCILHA, 2011, p. 200)

Tanto se faz esta dependência, que quem ganha espaço para a publicação de uma mensagem de esperança para a véspera da comemoração, na edição de 24 de dezembro é uma mulher, Yolanda Carneiro Ribeiro. Antes da situação da nova denominação para o partido, as mulheres apareciam em boxes menores, sendo relacionadas em notícias de arrecadação de fundos, ou nas colunas sociais, em datas comemorativas ou eventos da vida particular, como casamentos, relacionando-as aos seus maridos.

Para esclarecer sobre o uso do termo proletárias no evento, deriva de que o Núcleo Integralista da capital e a direção do Jornal dividiam a mesma sede, assim, entende-se que o núcleo e o semanário dividiam as mesmas perspectivas, o jornal diferente de outras folhas integralistas, utilizava de um discurso direcionado aos operários, a partir da discussão do sindicato corporativista. Por isso, a distribuição de roupas e brinquedos era destinada para filhos de trabalhadores, no intuito de reforçar a adesão do proletariado para o partido. E que durante a transição não se alterou por que o natal já vinha sendo anunciado no jornal várias edições antes do Decreto-lei nº 37.

Diferente da ruptura discursiva do jornal em relação aos assuntos do Partido Integralista, as discussões que eram base da Ação Integralista permanecem acontecendo. Isto se dá em razão de que elas se aproximam das expressões do Estado Novo. Tanto é perceptível esta aproximação que em nota de Arno Butler Maciel na edição de 05 de fevereiro, a implantação do Estado Novo, havia tido aceitação dos brasileiros por que já haviam sido “doutrinados desde 1932, nesse sentido, pela Ação Integralista Brasileira” (FLAMMA VERDE, 05 de fevereiro, de 1937, p. 2). E esta relação, continuou, já que o posicionamento

do Jornal perante o Estado Novo não foi combatente, o discurso imbricado no jornal estava servindo aos interesses do regime, por esse motivo sobreviveu até fevereiro de 1938.

É relativo a este discurso a concepção de Corporação, que ganha cada vez mais espaço no periódico, o que anteriormente ficava a cargo da discussão na seção sobre o Sindicato, neste período esteve imbricado em outros setores da sociedade, tendo até passagem sobre a democracia-corporativa, que reforçaria o modelo Estatal: “A democracia corporativa é o regime em que o povo, de fato, através de suas forças criadoras, integra-se na nação e nela se exercita a sua vontade soberana. Fora dessa democracia só existe tiranias, ilusão de liberdade e desigualdades sociais. ” (FLAMMA VERDE, 01 de janeiro de 1938, p. 2) Getúlio conseguiu construir um discurso, por meio da Constituição de 1937 e de seus aliados intelectuais, que mesmo estando presidindo uma ordem autoritária, estava exercendo o direito do povo, “ Art 1º - O Brasil é uma República. O poder político emana do povo e é exercido em nome dele e no interesse do seu bem-estar, da sua honra, da sua independência e da sua prosperidade. ” (BRASIL, 1937).

Sobre a questão nacional, o Jornal continuou publicando sobre a mística da Pátria, na edificação dos mitos históricos que legitimam o presente. E Vargas estava fazendo o mesmo percurso na sociedade brasileira. Assim, como a análise religiosa da vida, em que a alma é superior ao corpo, enquanto a natureza e a materialidade também se contrapõem. Esta questão ganha mais espaço nas edições do pós-golpe, talvez para preencher espaços no jornal, aparecem muitas notícias internacionais sobre Roma a grande capital do cristianismo.

O ponto mais substancial, que terá maior destaque neste momento é a questão anticomunista, já havia convencionado anteriormente como a pauta que aproximou os dois movimentos e deu força para instaurar o regime autoritário. No entanto, o enfoque neste ínterim serão as notícias internacionais. Focando em informações da Rússia Soviética. O antiliberalismo é outro foco em que as duas vertentes se encontram, já que um visava ter, e o outro conseguiu exercer o controle universal do País.

Uma análise incomum que irá aparecer nesta fase de circulação do jornal diz respeito à economia. O assunto que estava sendo debatido era a produção de farinha de trigo, para a alimentação do povo brasileiro. Nesta abertura para assuntos econômicos, são tratados também os balanços orçamentários da nação e de Santa Catarina, outras notícias sobre esta seção estão relacionadas a elogios as nações da Alemanha e da Itália, respectivamente produzindo automóveis baratos para o mercado nacional, seus trabalhadores poderiam então, adquirir esse recurso; e em relação à superação da falta de trigo de antigamente para a exportação do grão naqueles novos tempos de fascismo.

Embora, haja este encontro em que os discursos que permanecem são ao mesmo tempo relacionados a política varguista, traçamos uma problemática: uma pergunta que orientou internamente este capítulo, o que existiu no espaço de tempo entre o apoio absoluto ao Vargas para implantação do Estado Novo à uma tentativa de contragolpe ao mesmo, em março e maio de 1938?<sup>10</sup> Vimos que o discurso do pós-Estado Novo no *Flamma Verde* entra em consonância com as medidas do governo. No entanto, isso pode significar que o jornal estava silenciando seu discurso, principalmente para manter as aparências, e corresponder a ação coercitiva da censura. Sabe-se que desde dezembro de 1937, o movimento integralista já havia se ramificado em duas frentes de reação. Existe uma passagem no jornal *O Estado* em que se delineia duas correntes que se derivaram do Integralismo depois de implantado o Estado Novo, distanciando entre a posição de “Plínio, o pacífico; e Barroso, o pugnaz: duas correntes nas verdes águas integralistas”:

Rio, 31. [...] segundo o que se diz entre os elementos ligados ao extinto integralismo, a cisão nas fileiras dessa organização é indisfarçável. Formaram-se duas alas, cada vez mais distintas e mais definidas. Uma delas é a dos conformados ou que desejam dar uma impressão. Outra é a dos descontentes, que não logram sopitar a sua impaciência e ousam afrontar os rigores da lei, ou, melhor, do tribunal de Segurança, perante o qual terão de responder pelas suas atividades subversivas. [...] (O Estado, Florianópolis, 31 de dezembro de 1937, p. 1)

Esta informação nos leva a inferir sobre o discurso ordeiro do jornal, principalmente quando temos em vista que, Othon Gama D’êça, foi obrigado a retirar o letreiro do Jornal, descaracterizando a sede do núcleo que era chefe e do jornal que era diretor. E na edição 65 o endereço do periódico muda, talvez em razão desta imposição. Outra situação diz respeito a Celso Mafra Caldeira, gerente do Jornal, que conforme indica o jornal *A notícia*, de Joinville, sobre Florianópolis, no dia 24 de dezembro, que foi referenciado pelo *O Estado*: “Acha-se preso, na secretaria de Segurança, Celso Mafra Caldeira, consignatário do caixote apreendido na Alfândega, contendo fardamentos, cassetetes e outro material destinado ao Integralismo, constando que o mesmo será removido para o Rio. ” (O ESTADO, 30 de dezembro de 1937,

---

<sup>10</sup>Segundo Marlene de Fáveri, “Com o golpe do Estado Novo e a ilegalidade dos partidos políticos, os integralistas são perseguidos e muitos deles acabam na prisão. Entretanto, nem por isso a simpatia por esta agremiação se dissipara. ” (FAVERI, 2002, p. 161). A autora ainda comenta sobre a primeira Revolta articulada pelos Integralistas, que embora tivera sido fracassada, nos demonstra que a posição dos integralistas no estado de Santa Catarina não tenha sido ordeira diante da implantação do Estado Novo. “Uma revolta articulada em nível de Brasil, em 10 de março de 1938, e fracassada, também envolveu integralistas do Estado, sendo que de Santa Catarina constam do inquérito 70 nomes para serem processados pelo Tribunal de Segurança Nacional.” (FAVERI, 2002, p. 161) Esta primeira intentona visava controlar a rádio Mairynch Veiga. Já em 11 de maio de 1938, em uma segunda tentativa de intentona, os integralistas invadiram o Palácio Guanabara a fim de tomar o Poder Central, no entanto não obtiveram sucesso. O que ocorreu foram algumas mortes e mais prisões dos participantes.

p. 6). Ele foi liberado no mesmo dia. Porém nos indica uma ação subversiva, pois os desfiles, a milícia e o fardamento estavam expressamente proibidos.

Assim, os maiores representantes do Periódico estavam envolvidos em situações de resistência e de repressão, portanto, não estariam eles usando o semanário para manter as aparências enquanto planejavam por outros meios um contragolpe?

As publicações que permanecem no periódico estão em consonância com as ideologias do Estado Novo, é mister de que estas discussões já ocorriam no jornal antes da implantação deste, no entanto, não podemos ter certeza daquelas publicações que estão ausentes. Será que este movimento não decorre do controle da imprensa por aqueles órgãos que exerciam censura ou que estavam divulgando estes materiais que vinham de instituições governamentais, apesar de não termos encontrados mais do que uma publicação que estava referenciada como sendo do Departamento de Estatística do Estado. E aquelas publicações em torno da produção do trigo? Nunca antes o jornal apresentou tanto interesse por um assunto econômico isolado, não seriam estas notícias enviadas também destes órgãos?

Outra relação que não nos fica clara, é a questão do fechamento do Jornal, em 05 de fevereiro sem nenhuma menção explicando qualquer tipo de acontecimento ou justificativa, para definitivamente não lançar mais outras publicações. Por todas estas questões que foram levantadas até este ponto, é difícil ter apenas uma resposta para a reação do jornal *Flamma Verde* diante do Estado Novo, pensando principalmente no que pode ter ficado de fora das edições, em função do controle estatal. Teria o jornal continuado a circular e mais tarde fora empastelado? Ou tendo em vistas estas dissidências dos dirigentes por detrás do discurso do Jornal, não teriam as autoridades tomado de assalto a edição e empastelado o Jornal, por isso a última edição não menciona qualquer contratempo?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda sua carreira política, Plínio Salgado esteve envolvido em relação de ambiguidades, já que traçava alianças num primeiro momento, e depois fragmentava seu posicionamento, lançando voz a movimentos contrários no qual pleiteava anteriormente. A “Revolução de 1930” foi a primeira em que se aproximaram Plínio Salgado e Getúlio Vargas, a fim de desmantelar um monopólio das forças nacionais oligárquicas, no entanto, quando se efetivou o golpe de Getúlio para a primeira incursão no governo brasileiro, sem qualquer radiação para Plínio. Acarretou nos indícios para se construir uma ação organizada que viesse a combater a situação política do Brasil naquele momento, com intuito contrarrevolucionário, jovens estudantes em processo de ascensão social, fundaram depois de já debatidas ideias na Sociedade de Estudos Políticos, a Ação Integralista Brasileira, em 1932.

A ação Integralista Brasileira foi uma organização que de tamanha burocratização e hierarquia, tomou formas de um corpo orgânico, com vida dentro do próprio Estado. Com bases totalizantes, regida por um Chefe Supremo, arregimentou grande número de brasileiros à época, que acreditavam no estado totalitário, na mística da pátria, no catolicismo, e contrários ao comunismo, ao capitalismo internacional, e ao liberalismo, escudados pelo corpo militarizado dos afiliados que vestiam o símbolo do partido e as ideologias.

Neste ínterim, a imprensa era quem divulgava os aspectos ideológicos e a amplitude do partido, esta também passou a ser um órgão que tinha a própria disciplina hierárquica. O jornal *Flamma verde*, esteve no entremeio desta particularidade, pois era organismo do Chefe Provincial e circulava nos núcleos municipais.

A partir deste momento, da circulação do *Flamma Verde* é preciso que se evidencie aquele segundo momento de aproximação entre Plínio Salgado e Getúlio Vargas, que esteve aguardando em suspensão até o momento para ser referido. Ocorre que o caso da Implantação do Estado Novo, foi como um d’javú para os olhos de Plínio, que se alicerçou novamente num apoio a Vargas, em vistas de ganhar maior influência política, durante o ano em que ele mesmo estava requerendo a candidatura do País. O que acontece é que neste momento, Plínio tinha maiores poderes, em função do crescente da AIB, situação que deveria lhe preocupar, no entanto, o Estado Novo, mesmo que já fosse algo que os Integralistas soubessem, não poderiam esperar pela força que havia se formado no governo.

Por este motivo, o Jornal *Flamma Verde* acompanhou todo este momento em que é cedido espaços de poder e influência para Vargas, num projeto de legitimação para as eleições de Plínio, que não aconteceram mais tarde. E o pujante Golpe, em que o governante começava



a demonstrar que de o Brasil não tinha compromissos com o integralismo. E mais tarde então, em dezembro extinguiria por vez a AIB.

Por este motivo, a presente pesquisa teve como objetivo identificar o comportamento do semanário Integralista *Flamma Verde*, no contexto do Estado Novo. A primeira reação do Jornal à instalação do Regime, foi o silenciamento, por que, fora assim como, o partido Integralista, pego de assalto pelo Decreto-lei nº 37, que extinguiu as organizações partidárias. O jornal, desestabilizado, deixou um intervalo de não publicação, num exercício de suspensão para a decisão entre a ruptura e a permanência, no sentido de adaptação do discurso, para que pudesse sobreviver àquela retração.

Tendo como prerrogativa a transformação da Ação Integralista Brasileira, de cunho político, em Associação Brasileira de Cultura, de caráter assistencialista. Pudemos constatar nas páginas do jornal, que a sustentação para esta nova fase foi realizada essencialmente pelas mulheres, pois se tratando dos primeiros meses do ano, repercutia ainda as notícias vinculadas ao Natal, nesta comemoração vinculada ao catolicismo e a ‘benevolência’ da mulher – bases integralistas – as mulheres assumiram posição de destaque para a solução da instabilidade que o Jornal vinha enfrentando.

Ademais, os discursos que permaneceram na página suscitavam que haveria franca consonância com o novo Regime, no entanto, no exercício de dialogar com outras fontes, que circulavam simultaneamente ao objeto analisado, verificou-se que enquanto o jornal divulgava notícias internacionais sobre o comunismo, ou afirmavam o corporativismo como meio para as relações políticas-sociais, ocorria que seus diretores passavam por situações de repressão e de resistência. Ou que seus iguais, os antigos afiliados a AIB, passavam por semelhantes situações. E que possivelmente já articulavam um contragolpe, pois sabe-se que, um mês depois do fim do Jornal, houve uma tentativa de controlar a difusão radiofônica do Mairynch Veiga, e também em maio de 1938 no Palácio Guanabara, movimentos estes, em que catarinenses estavam envolvidos.

Embora, a investigação não trace respostas efetivas para o que há além do discurso da última edição do Jornal, esta pesquisa foi importante para responder a inquietação da permanência de circulação durante o Estado Novo de um jornal que era vinculado à um extinto partido político, e todas as perguntas suscitadas na pesquisa, e os deslocamentos da mulher no contexto da ABC, são projetos passíveis de novas análises.

## REFERÊNCIAS

- BERTONHA, João Fábio. **Fascismo, nazismo e integralismo**. História em Movimento. São Paulo: Ed. Ática. 2003
- BORGES, Vavy Pacheco. **História e Política: laços permanentes**. São Paulo: Revista Brasileira de História, v.12, nº23/24, p. 7-18, set. 91/ago. 92.
- BRASIL. Constituição (1937) Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937.
- \_\_\_\_\_. Decreto lei nº 37 (1937) dispõe sobre partidos políticos. Rio de Janeiro, 1937.
- \_\_\_\_\_. Decreto lei nº 54 (1937) dispõe sobre registro das sociedades civis a que se refere o art. 4º do Decreto nº 37, de 2 do corrente mês. Rio de Janeiro, 1937.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política?. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Eusevier, 2012. p. 37-54.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário. **Na oficina do historiador: conversa sobre história e imprensa**. São Paulo: Projeto História, nº 35, 2007, p. 253-270.
- FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e o amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí: Ed. da Univalli, 2000.
- FÉLIX, Loiva Otero. **A história política hoje: novas abordagens**. Revista Catarinense de História, nº5, 1998, p. 49-66.
- FREITAS, Marcos Cesar. **Integralismo: Fascismo caboclo**. São Paulo: Ícone, 1998.
- GÉRTZ, René. **O fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. **Entre tipos e recortes: história da imprensa integralista**. Guaíba: Sob Medida, 2011.
- LENHARO, Alcir. **A sacralização da política**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1986.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bessaneze (org.) **Fonte Histórica - 2.ed., 1ª impressão**, São Paulo: contexto, 2008, p. 111-153.
- MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Eusevier, 2012., p. 55-71.
- MANCILHA, Virgínia Maria Netto. Nas páginas da imprensa feminina: uma análise da revista Brasil Feminino e da participação feminina no movimento do Sigma (1932-1937). In: In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES Renata Duarte. **Entre tipos e recortes: história da imprensa integralista**. Guaíba: Sob Medida, 2011, p. 183 – 205.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de; A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES Renata Duarte. **Entre tipos e recortes: história da imprensa integralista**. Guaíba: Sob Medida, 2011, p. 19-46.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6° ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Imprensa Integralista, Imprensa Militante** (1932 – 1937). Porto Alegre: PUCRS, 2009.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PONTES, Gustavo Tiego. **Ação Integralista Brasileira (AIB) e Forças Armadas: notas de pesquisa através do jornal “Flamma Verde”** (Florianópolis 1936-1938). Florianópolis: Anpuh, 2015.

\_\_\_\_\_. **Adeptos do Sigma em Florianópolis: Estudo sobre o Periódico “Flamma Verde” e a presença Integralista na Capital Catarinense**. Florianópolis: UFSC, SC, 2013. 144 p.

PONTES, Gustavo Tiego; CUNHA, Maria Tereza Santos. **O protagonismo da leitura no projeto de formação integralista: livros no jornal Flamma Verde - Florianópolis (SC) - entre 1936-1938**. Campinas – SP: Leitura: Teoria & Prática, v.35, n.69, p.57-72, 2017.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel; Porto Alegre: UFRGS, 1974.

RÉMOND, René. **Uma história presente**. In: RÉMOND, Réne. Por uma História Política. Tradução Dora Rocha. - 2.ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 13-36.

ZANELATTO, João Henrique. **De olho no poder: o integralismo e as disputas políticas em Santa Catarina na era Vargas**. Criciúma - SC: UNESC, 2012.

#### FONTES CONSULTADOS:

Jornal *Flamma Verde*, Florianópolis, 1937-1938 – Arquivo e Hemeroteca digital da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Jornal *O estado*, Florianópolis, 1937-1938 – Hemeroteca do Arquivo Nacional.

Jornal *A gazeta*, Florianópolis, 1937-1938 – Hemeroteca do Arquivo Nacional.

#### ARTIGOS DE JORNAIS

A POLÍCIA e o integralismo. *A Gazeta*, Florianópolis, 28 de dezembro de 1937, ano XXIII, N° 7251. p. 1

BERNARDES, Wladimir. O dr. Waldimir Bernardes e o integralismo. *Flamma Verde*, Florianópolis, 24 de dezembro de 1937, ano II, n° 63, p. 6.

CAMPOS, Francisco. Um telegrama do Ministro da Justiça. *Flamma Verde*, Florianópolis, 24 de dezembro de 1937, ano II, n° 63, p. 3.

FLORES, Carmo. Departamento de Estatística. *Flamma Verde*, Florianópolis, 15 de janeiro de 1938, ano II, n° 66, p. 5.

MACIEL, Anor Butler. O estado Novo. *Flamma Verde*, Florianópolis, 05 de fevereiro de 1938, ano II, n° 69, p. 2.

O CHEFE provincial dos camisas-verdes chamado à polícia. *A Gazeta*, Florianópolis, 20 de novembro de 1937, ano IV, n° 1014, p. 1

O Estado Novo e o integralismo. *A Gazeta*, Florianópolis, 16 de dezembro de 1937, ano XXIII, n° 7242. p. 1

O INTEGRALISMO e a dissolução dos partidos. *A Gazeta*, Florianópolis, 06 de dezembro de 1937, ano IV, N° 1027, p. 1

O QUE se diz lá por fora. *A Gazeta*, Florianópolis, 30 de dezembro de 1937, ano XXIII, 7266, p. 8. p. 1

Oliveira, Ary Pereira. Departamento de Ordem Política e Social. *Flamma Verde*, Florianópolis, 8 de janeiro de 1938, ano II, n° 65, p. 4.

PLÍNIO, o pacífico; Barroso, o pugnaz. *A Gazeta*, Florianópolis, 31 de dezembro de 1937, ano XXIII, n° 7254. p. 1

PROIBIDOS os comícios e desfiles integralistas. *A Gazeta*, Florianópolis, 20 de novembro de 1937, ano IV, n° 1014, pág. 1

RIBEIRO, Yolanda Carneiro. Natal. *Flamma Verde*, Florianópolis, 24 de dezembro de 1937, ano II, n° 63, p. 5.

SALGADO, Plínio. Alistamento eleitoral. *Flamma Verde*, Florianópolis, 24 de julho de 1937, ano I, n° 45, p. 6

SALGADO, Plínio. Com o Poder Central. *Flamma Verde*, Florianópolis, 13 de novembro de 1937, ano II, n° 61, p. 2.

SALGADO, Plínio. Os integralistas e a dissolução dos partidos. *A Gazeta*, Florianópolis, 6 de dezembro de 1937, ano IV, n° 1027, p. 1.

SOARES, Macedo. Pelo Brasil, pela democracia e contra o comunismo ateu. *Flamma Verde*, Florianópolis, 16 de outubro de 1937, ano II, n° 57. p. 1

SOARES, Macedo; VARGAS, Getúlio. O integralismo visto pelos srs. Getúlio Vargas e Macedo Soares. *O Estado*, Florianópolis, 16 de junho de 1937, ano XXIII, nº 7093, p. 1.

VARGAS, Getúlio. A nova constituição não é integralista nem fascista, é brasileira! *A Gazeta*, Florianópolis, 16 de novembro de 1937, ano IV, nº1011. p. 1.

VARGAS, Getúlio. O presidente Vargas não tem compromissos com o Integralismo. *O Estado*, Florianópolis, 17 de novembro de 1937, ano XXIII, nº 7218, p. 1

**APÊNDICE**

### APÊNDICE A

Catologação elaborada pela autora nas edições encontradas no Arquivo da Biblioteca Pública de Santa Catarina, este sistema foi utilizado principalmente para as páginas do interior do Jornal em que não é mencionado o ano, número de edição e data. Ver em destaque logo abaixo da página completa.



**ANEXO**



## ANEXO A

Bibliotheca Publica

# Pelo Brasil - Tudo; Contra O Brasil - Nada

## FLAMMA VERDE

Director: OTHON D'EÇA  
Florianopolis, 15 de Janeiro de 1938

Anno II | Gerente: CELSO MAFRA CALDEIRA | Administração e Officinas: Rua Visconde de Ouro Preto n. 1 | Numero 66

ESTADO DE CATHARINA  
BIBLIOTHECA PUBLICA  
Florianopolis

### A Associação Brasileira De Cultura Foi Registrada No Ministerio Da Justiça

#### Dentro de poucos dias começará legalmente a funcionar

**A "A. B. C." PROSEGUIRÁ NA GRANDIOSA OBRA CULTURAL, BENEFICENTE, EUGENICA E CIVICA — AS INSTRUÇÕES QUE O PRESIDENTE PLINIO SALGADO VAZ EXPEDIR AOS DIRECTORES DAS SUCCURSAES NOS ESTADOS E DAS FILIAES NOS MUNICIPIOS, SOBRE AS ACTIVIDADES DA "A. B. C."**

**RIO DE JANEIRO — 6** — Aéreo — O sr. Francisco Campos, ministro da Justiça, tomando conhecimento hontem do processo de registro da «Associação Brasileira de Cultura», proferiu despacho, autorizando o seu funcionamento, conforme preceitua o artigo 1.º do decreto-lei n.º 59, de 11 de dezembro ultimo. Nessas condições, dentro de poucos dias, começará a A. B. C. a executar, na capital da Republica e por toda a extensão do mappa do Brasil, o seu plano de actividades.

Desaja ter os dentes bonitos? Use a pasta dentifíca **SYNOROL**. Consulte o seu dentista.

Regularizados os serviços da A. B. C., entrarão em pleno funcionamento nas suas Succursaes nos Estados e Filiaes nos Municipios as escolas, ambulatórios medicos, consultorios dentarios e praças de esportos.

Opportunamente o presidente Plinio Salgado expedirá, por intermedio da Chefia de seu gabinete, aos directores das Succursaes nos Estados e das Filiaes nos Municipios, as necessarias instruções sobre a organização e o funcionamento dos serviços da A.B.C.

O dr. Raymundo Barbosa Lima, Assistente do presidente da novel associação e seu immediato delegado na capital da Republica, já está providenciando no sentido de additar ao registro no Ministerio da Justiça a relação das filiaes do Districto Federal com a indicação dos serviços culturais, beneficentes e esportivos que ellas mantêm.



**Plinio Salgado**  
Presidente da A. B. C.



**Othon d'Eça**  
Director da succursal da A. B. C.

**Os futuros membros da directoria da A. B. C.**



Max Baier



Luiz de Souza



Arnaldo S. Cuneo



Mario Mafra



Celso M. Caldeira

APERITIVO ESTOMACAL **KNOT** FABRICADO POR NORONHA, NOCETTI & Cia. ITAJAHY

Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina

Anexo A: Capa da Edição de lançamento da Associação Brasileira de Cultura, disponível na Hemeroteca da Biblioteca Pública de Santa Catarina: O ESTADO, Florianópolis, ano II, n.º 66, 15 de janeiro de 1938.